

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 4 de abril de 2022 - Ata n.º 24.

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **24.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Está dispensada a leitura da Ata. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, sejam todos bem-vindos à Sessão Plenária 100% presencial a partir desta data e esperamos que assim permaneçamos. Senhor Presidente, em primeiro lugar queremos ler o comunicado efetuado pelo Governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Junior, em que comunica a esta Casa que a partir do próximo passado 31 de março ficou designado como Líder do Governo desta Assembleia Legislativa o Deputado Marcel Henrique Micheletto. Peço à Diretoria de Apoio ao Plenário que possa registrar.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 104/2022** do Governador do Estado, informando que a partir de 31/3/2022 o novo Líder do Governo desta Assembleia Legislativa será o Deputado Marcel Henrique Micheletto; **Ofício n.º 538/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2043/2019, do Deputado Tião Medeiros; **Ofício n.º 556/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6066/2019, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 520/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2045/2019, do Deputado Tião Medeiros; **Ofício n.º 561/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 3825/2021, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 558/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 4743/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 551/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 5518/2021, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 540/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor ao Requerimento n.º 144/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 524/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 221/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 544/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 136/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 550/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional ao Requerimento n.º 101/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 547/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Cohapar ao Requerimento n.º 98/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 557/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 97/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 523/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 74/2022, do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 563/2022** da Casa Civil, encaminhando

resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 64/2022, da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 564/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 7/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 106/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 34/2022, sendo convertido na Lei n.º 20990; **Ofício n.º 115/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 36/2022, sendo convertido na Lei n.º 20993; **Ofício n.º 113/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei Complementar n.º 3/2022, sendo convertido na Lei Complementar n.º 244; **Ofício n.º 110/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 107/2022, sendo convertido na Lei n.º 20997; **Ofício n.º 109/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei Complementar n.º 2/2022, sendo convertido na Lei Complementar n.º 245; **Ofício n.º 103/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 207/2021, sendo convertido na Lei n.º 20988; **Ofício n.º 112/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 108/2022, sendo convertido na Lei n.º 20998; **Ofício n.º 108/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 39/2022, sendo convertido na Lei n.º 20992; **Ofício n.º 116/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 38/2022, sendo convertido na Lei n.º 20989; **Ofício n.º 114/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 37/2022, sendo convertido na Lei n.º 20991; **Ofício n.º 117/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 106/2022, sendo convertido na Lei n.º 20996.

Comunicado: Comunico aos Sr.^s Deputados que as Atas Resumidas das 21.^a, 22.^a e 23.^a Sessões Ordinárias e das 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a Sessões Extraordinárias, ocorridas na semana passada, estão disponibilizadas para leitura pelos Sr.^s Deputados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, nas unidades dos gabinetes dos Sr.^s Parlamentares. Decorrido o prazo de 24 horas para pedidos de retificação, estabelecido no §1.º do art. 7.º da Resolução n.º 19/2020, serão

consideradas aprovadas e, assim, as íntegras das reuniões serão publicadas no Diário Oficial da Assembleia, conforme estabelecido no art. 139 do Regimento Interno.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Tercílio Turini. Não vejo no Plenário. Ah, está na tribuna. Foi muito rápido, Tercílio. Estou lhe procurando lá naquele assento no final. Vossa Excelência tem a palavra.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Tercílio Turini; Mabel Canto; Guto Silva; e Michele Caputo.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Cumprimentar também quem nos acompanha pelas redes sociais, pela *TV Assembleia*. Apresentamos hoje um expediente e abrimos, inclusive, esse expediente para que os Deputados e Deputadas pudessem subscrever, e esse expediente tem a ver com a tragédia que ocorreu aqui no Paraná. Na última quarta-feira, no dia 30 agora, 30 de março, um ônibus trazia trabalhadores do Mato Grosso para trabalhar na empresa Klabin, em Telêmaco Borba, acabou, na PR-090, caindo em uma ribanceira e 11 pessoas perderam a vida. Onze pessoas morreram e 20 pessoas ficaram feridas. É um fato triste. Um fato lamentável. E imagine o sofrimento das famílias. Acaba destruindo parte dessas famílias. Pessoas que estavam chegando ao seu destino, depois de quase um dia todo andando de ônibus. Quem conhece esse trecho da PR-090, e aqui alguns Deputados têm base eleitoral ali na região de São Jerônimo, Sapopema, Curiúva, particularmente o Deputado Romanelli que representa lá o Prefeito de Sapopema, o Paulinho Branco, mais o Alexandre Curi, o Cobra, eu, trabalhamos aí nessa região. Essa região é chamada Serra Fria. É um trecho de, aproximadamente, seis a sete quilômetros, um trecho em descida com muitas curvas. Um trecho extremamente perigoso. E as pessoas que não conhecem é uma verdadeira armadilha. Os carros conseguem ainda frear, mas os caminhoneiros, os

motoristas de ônibus que não conhecem esse trecho, sabemos que depois que o freio esquentar não consegue segurar mais esses caminhões e acabam caindo na ribanceira. É chamada de Serra Fria. E é uma rodovia muito movimentada, porque traz todo o tráfego de toda a parte do Norte Pioneiro. Traz para Ponta Grossa, para Curitiba, a safra para o Porto, para outros estados do Sul do País. Deputado Romanelli, até conversávamos de manhã, diria para V.Ex.^a que, em alguns anos, provavelmente algumas dezenas de pessoas, algumas dezenas devem ter perdido a vida nesse trecho, sem falar nas pessoas que ficaram com sequelas. Coincidentemente, no dia 9 de março do ano passado, após outra tragédia, que três pessoas tinham morrido em um acidente de caminhão, fiz um requerimento para o DER, pedindo para o DER melhorar a sinalização, para colocar redutor de velocidade, se possível estudar até a possibilidade de colocar uma daquela área de escape, onde tem as pedras, pedrisco que segura o caminhão. Alguma coisa tem que ser feita nesse trecho, senão vai continuar morrendo, e quase todas as semanas, tem caminhões virados ali naquele trecho. Então, aqui, hoje, estamos sob a Liderança do Marcel Micheletto, vamos pedir ajuda aí para o Deputado Micheletto para acionar o DER, para que o DER possa fazer um estudo, o mais rápido possível, ali naquela região. Ali, Deputado Romanelli, era até importante, porque sabemos, recebi telefonemas de lideranças lá de Sapopema pedindo que aqui na Assembleia agíssemos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tercílio, para concluir.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): ... agíssemos para continuar, senão vai continuar havendo acidentes, mortes, sequelas naquela região. Seria importante que o DER, estamos encaminhando este expediente, que o DER pudesse dar uma atenção não só para nós, mas especialmente para região aí de Sapopema, que engloba também São Jerônimo e Curiúva. Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, queria...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Atenção! Pela ordem,* Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Queria sugerir que o senhor suspendesse por cinco minutos a Sessão, para que pudéssemos fazer com que as confraternizações pudessem acontecer, depois reiniciamos a Sessão de forma regular.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sim, Sr. Presidente. É só para fazer um comunicado, Sr. Presidente, que não é um comunicado que gostaria de fazer, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, muitos aqui conhecem a Dr.^a Isabel Kugler. Aliás, estamos na CCJ, inclusive, com o pedido de Cidadania Honorária para a Dr.^a Isabel, uma pessoa que passou 40 anos, e formou-se como advogada aos 40 anos, e hoje aos 82 anos saiu da comunidade que ela trabalha com as pessoas presas, privadas de liberdade no Paraná todo, e ontem o filho dela foi morto pelo primo dele. Uma tragédia que acontece, com problemas de desequilíbrio inclusive emocional, e acabou sendo morto. Fui agora... Ambos eram policiais, fui agora à AVM, a Dr.^a Isabel que é uma professora que muitos aqui têm um carinho muito grande por ela. Claro que como ela me falou e acho que todos nós, Deputado Romanelli, sabemos que não deveríamos enterrar nossos filhos e quando isso acontece sempre é muito triste de ver. Então, fica aqui, em nome da Comissão de Direitos Humanos, na qual a Dr.^a Isabel esteve presente esses 20 anos, e creio, Presidente, desta Casa, ficam aqui os votos de solidariedade a esse período que a Dr.^a Isabel está passando com o seu filho, os seus netos, é uma pessoa que quando viu seu filho levar três tiros do primo é uma situação muito dolorosa, mas fica o registro. O Guto será enterrado, hoje, às 17 horas. Obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Romanelli pediu que suspendêssemos a Sessão por cinco minutos para que a retomada das

aulas aqui no Plenário, as confraternizações acontecessem; parece-me que já houve, já ouviram o clamor do Romanelli...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): O Romanelli está triste, Presidente, ninguém foi dar um abraço nele.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É, está com ciúme. Então, vamos agora, em função do silêncio, Deputado Artagão...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, sugeri que o Deputado Guto Silva pudesse esperar um pouco fora da sala.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos passar a palavra para a Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente! Boa tarde a todos os Deputados! Acho que o Deputado Romanelli, Deputado Requião Filho, aprendeu muito lá na escolinha com o seu pai, não é? Deu um *pito* aqui em todo mundo. Então, todo mundo... Está correto o senhor. Vamos todo mundo prestar atenção aqui. Bom, quero desejar um bom retorno a todos os Deputados que regressam à Casa, em especial ao novo Líder do Governo, o Deputado Marcel Micheletto. Esperamos lhe dar muito trabalho, Deputado Marcel Micheletto. Muito trabalho. Enfim, senhores e senhoras que nos assistem pela *TV Assembleia*, Deputadas, Deputados, hoje, venho falar aqui sobre nossa terceira idade, os idosos do nosso Estado do Paraná. Semana passada, vi que o Governo fez uma solenidade para reconhecer aí a OMS, reconhecendo o Estado do Paraná como o maior em número de municípios certificados como *Cidade Amiga do Idoso*. Vinte e dois municípios aqui do nosso Estado. E o próprio Governador disse que o Estado está construindo políticas públicas de qualidade para a terceira idade. É uma pena que isso não tenha chegado lá na nossa região, na região de Ponta Grossa. No último sábado, vimos o quanto Ponta Grossa não é amiga dos idosos. Treze mil doses de vacinas que seriam aplicadas para o público de 65 anos, mais de 65 anos, 5 mil doses do reforço da Covid, oito mil doses da vacina da Influenza.

Infelizmente, vimos muito despreparo na condução, mais uma vez, da vacinação na nossa cidade. Estava chovendo muito naquele dia em Ponta Grossa, os idosos acabaram se aglomerando nos dois postos de vacinação. Um era *drive-thru*, levou mais de duas horas para o pessoal cruzar a fila, e os outros idosos, que estavam em outro ponto da cidade, tiveram que literalmente ficar abaixo de chuva, esperando para serem atendidos, no meio de muita aglomeração. A Secretaria Municipal da Saúde disse que houve atraso na entrega das doses. Para variar, disse que o problema não tinha sido deles, mas, sim, do atraso na entrega das doses. A mesma Secretaria que, na última sexta-feira, fechou o Pronto-Socorro Municipal de Ponta Grossa, nossa porta aberta para vários casos da cidade, hospital com mais de 30 anos, Hospital Municipal Amadeu Puppi, e que teve suas portas fechadas na última sexta-feira, o que compromete, com toda certeza, toda a estrutura de saúde, não só de Ponta Grossa, mas de todos os municípios dos Campos Gerais. É a mesma administração que deixou vencer mais de 3 mil doses de Covid; é a mesma administração que anunciou, na última sexta-feira, a reabertura do Pronto-Atendimento Infantil em Ponta Grossa, lá no Humai, mas, segundo boatos, dizem que nem o Humai, nem a Sesa, haviam sido comunicados da decisão da Prefeita. Ainda sobre idosos, em 2021, no dia 22/02/2021, a matéria aqui da própria *Agência de Notícias* dava conta da visita do Governador a Ponta Grossa para autorizar a construção do *Condomínio do Idoso* lá na cidade. Quarenta moradias destinadas às pessoas com mais de 60 anos. Foi assinada a ordem de serviço e aí era só aguardar a liberação do alvará pela Prefeitura para então dar início à obra, que tinha uma previsão de ficar pronta em 12 meses. Bom, pasmem ou não, isso não aconteceu. O requerimento que fizemos para a Cohapar indagando justamente a demora da construção do *Condomínio do Idoso* mostrou que o condomínio obteve o termo de aceite do projeto e a autorização para iniciar a obra apenas no dia 24/02 deste ano, ou seja, um ano após a assinatura da ordem de serviço pelo Governador e ainda diz que vai levar 18 meses a obra. Nesse meio-tempo, tivemos, no início deste ano, uma invasão naquele terreno. Depois, a polícia retirou os invasores e agora colocaram uns tapumes fechando

esse terreno onde deve ser construído esse novo *Condomínio do Idoso*. Passei lá em frente hoje e obras não existem, só estão de fato os... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada, um minuto para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para concluir, Presidente. De fato, a obra não existe, só estão os tapumes, ao contrário do que diz justamente aqui o nosso pedido de informações, que diz que em resposta ao requerimento a previsão da obra é de 18 meses, que a Cohapar não tem conhecimento de ações judiciais que tenham por objeto a reintegração de posse da referida área e que esse empreendimento está em fase inicial, ao contrário do que esperávamos. Já era uma obra para estar concluída. Então, o que pediria hoje é mais atenção de fato do Estado com os nossos idosos. Não adianta dar a ordem de serviço, não adianta falar que o Estado é amigo do idoso, se na prática isso, infelizmente, não acontece. Era isso, Presidente. Meu muito obrigada!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Nelson Luersen.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, subo a esta tribuna hoje para falar de dois assuntos. O primeiro, temos hoje a votação do PL que trata da proibição da exigência do passaporte sanitário no Paraná. Penso que, como já abdicamos da máscara, nada mais justo também abdicarmos de qualquer possibilidade da exigência do passaporte sanitário no nosso Estado do Paraná. Então, quero dizer aqui que vamos votar a favor do PL pelo direito de ir e de vir. (Aplausos.) E também, Sr. Presidente, no último fim de semana, participei de uma reunião junto a membros da Igreja Católica e no ano passado o Papa Francisco abriu a maior consulta democrática da história da nossa Igreja Católica. Ontem participei do Movimento Cursilista, do qual faço parte na minha cidade, onde temas importantes foram debatidos no envolvimento de todos os cristãos nesse debate. Esse debate já está chegando às igrejas, já está chegando à comunidade católica para ser discutido. O

envolvimento dos movimentos e das pastorais no debate é de suma importância para o estudo do Vaticano. Uma consulta sinodal para caminharmos todos juntos como Igreja, buscando a inclusão dos cristãos quanto a temas pertinentes nos dias de hoje. Está sendo debatido algo que sempre imaginei, como o fim da discriminação das minorias, algo importante, um debate sobre política, tratando de temas que sempre foram ignorados pela Igreja Católica e pelos cristãos. Deus é misericordioso e inclusivo de todos os seus filhos, sem discriminação. Fiquei feliz, muito feliz de participar dessa reunião e ver a Igreja falando e discutindo com a sociedade temas como o fim da discriminação religiosa, política, de raça ou sexo, assuntos que precisam ser debatidos com o intuito de abrir o cristianismo à nova realidade do mundo, uma sociedade onde se respeite a opção sexual, respeitem-se os idosos, as crianças e acabe em definitivo com a disparidade entre homens e mulheres, enfim, uma Igreja inclusiva para todos. Todos somos filhos do mesmo Pai. Então, Sr. Presidente, fiquei muito contente com esse debate da Igreja Católica, com essa determinação do Papa Francisco, fazendo com que possamos discutir na Igreja a nova realidade que a sociedade vive, os novos tempos, para aceitarmos as diferenças, trabalharmos com as minorias, respeitando o meio ambiente, respeitando a opção sexual, respeitando o credo e a raça de todos os paranaenses. Então, parabéns à Igreja Católica pela iniciativa e pode contar conosco nesse debate que, sem dúvida nenhuma, vai chegar a todas as instâncias da Igreja no Estado do Paraná, ou seja, vai chegar aos movimentos, às pastorais e à comunidade, para que esse debate seja levado adiante e o resumo desse debate com certeza vai chegar ao Vaticano, vai chegar às mãos do Papa Francisco, que tem aberto a Igreja para uma nova realidade, para um novo mundo, um mundo onde os cristãos possam realmente caminhar juntos. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Guto Silva.

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Muito boa tarde a todos, Deputados, Deputadas e a todos que assistem à plenária composta no dia de hoje. Saudar aqui o

Deputado Líder do Governo, Marcel Micheletto, desejando êxito na nova empreitada. Estaremos ao seu lado para poder contribuir. Gostaria, Presidente, de fazer a solicitação de uma moção, um voto de pesar coletivo da Assembleia, liderado por V.Ex.^a, ao Ex-Presidente desta Casa Ivo Thomazoni, que Prefeito da minha querida Pato Branco, uma história importante, sobretudo com marcas muito pontuais na questão da Revolta dos Posseiros, marco histórico do nosso sudoeste do Paraná. Saudar aqui todos que nos acompanham hoje sobre o passaporte da vacina. Estarei votando, com o Projeto de Lei do Ricardo Arruda, enfim, toda a bancada, para manter o direito de ir e vir da nossa população. (Aplausos.) Mas gostaria, nesta data, residente, de falar sobre infraestrutura de forma muito sintética. Na semana passada o Governador Ratinho Junior anunciou mais um pacote de recursos para a infraestrutura e me permitam fazer apenas um resumo sobre essa estratégia que garantirá competitividade aos produtos e segurança aos cidadãos paranaenses. O Governador sempre tem dito que quer transformar o Paraná em um *hub* logístico, em uma grande central de transformação, de transporte, de movimentação de cargas e é natural que precisamos avançar em questões históricas. Destaco aqui a questão rodoviária, com rodovias que tínhamos gargalos históricos, como a 280, no sudoeste; a 323, na região de Umuarama; a 445, em Londrina; a 092, no Norte Pioneiro, rodovias que já passam por transformação, além do novo plano de concessão rodoviária, amplamente discutido com o apoio da Assembleia, que teremos investimentos privados vultosos nos próximos anos no Paraná. Na questão ferroviária foi apresentado já o Evetec, que é o plano inicial do trecho de Maracaju, Deputado Marcel Micheletto, até o trecho de Paranaguá. E aqui é importante fazer uma reflexão estratégica para o Estado, porque sempre olhamos o trecho ferroviário como um canal de exportação, mas é, além disso, ele é um canal de trazer insumos competitivos e baratos do Mato Grosso do Sul para que as nossas cooperativas continuem processando, porque o Paraná deixou de ser fazenda do mundo para passar a ser um supermercado do mundo, pelo alto valor agregado das cooperativas, pela dimensão da nossa agroindústria, que multiplica de tamanho a cada 10 anos, que dobra de tamanho a cada 10 anos. No Porto, um novo moegão e um novo terminal

de fertilizantes estratégicos, agora com parceria público-privada, o que vai dinamizar, aumentar em 30% a 40% a capacidade do Porto de Paranaguá. Nos aeroportos, com a privatização do Aeroporto de Londrina, de São José dos Pinhais, Bacacheri e com o novo trecho, ampliação da pista em Foz do Iguaçu, mas, além disso, com o Voo Paraná gerenciando e irrigando os voos regionais, tornando o Paraná um dos polos mais ativos da aviação regional. Na eletrovia, com os investimentos vultosos da Copel, que até 2025 investirá R\$ 2,1 bilhões no trifásico. E aqui, Deputado Traiano, V.Ex.^a sabe muito bem, no nosso querido sudoeste, quando chovia no Rio Grande do Sul, faltava energia na nossa região por falta de investimentos, para que acompanhe, sobretudo, a pequena propriedade, que se transforma, sobretudo o nosso agronegócio, que avança. E, por último, o gás, Deputado Homero Marchese. Com a venda da Compagas, importante venda da Compagas, mais do novo plano de gás, que é o último elo dessa cadeia importante para que possamos ter uma infraestrutura adequada ao nosso crescimento, possamos garantir e não hipotecar o futuro, como foi feito no passado, porque no Paraná a nossa indústria cresce, o nosso comércio cresce, o nosso agronegócio dobra de tamanho a cada 10 anos, mas infelizmente a infraestrutura não acompanhava esse desenvolvimento. Então, queria aqui apenas fazer o registro dessa lógica desse raciocínio, que o Paraná avança nas mais diferentes áreas, com infraestrutura de qualidade, com investimentos que vão gerar empregos em curto prazo e, sobretudo, vão garantir competitividade à população do Paraná. Viva o Paraná!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, demais membros da Comissão Executiva, Deputadas, Deputados e todos que acompanham esta Sessão, presencialmente ou pelas nossas mídias. Hoje, exatamente, dia 4, inicia o processo de vacinação contra o HN1, H3N2 e Influenza B, que é a vacinação contra a gripe, que é produzida pelo Instituto Butantã. Essa primeira etapa prevê, de 4 de abril a 2 de maio, idosos, 60 anos ou mais,

trabalhadores da saúde. Depois tem uma segunda etapa, tem crianças, gestantes, povos indígenas, professores, profissionais da segurança etc., que é dia 3 de maio até 03/06. É extremamente importante que as pessoas busquem, quem está nessa faixa etária, quem for entrar nesses segmentos e quem não for, que busque vacina na iniciativa privada. Na semana passada vi em uma rede de farmácia, aqui em Curitiba, a vacina da gripe tetravalente por R\$ 89,00. Quem tiver essa condição que se vacine. A vacina salva vidas. Ao longo das últimas décadas salvou milhões de pessoas no Paraná, em Curitiba, no Brasil e no mundo. Fui o autor da Lei n.º 20.152/2020, que cobra, do Executivo, campanhas permanentes de conscientização e incentivo à vacinação. Faço essa introdução porque no dia de hoje começa a vacina da gripe, que é importantíssima. Quero falar também que muita gente que tem o direito de decidir o que faz da sua vida, dos seus, tem que entender que quando se trata de saúde, a saúde coletiva, a saúde da população, tem que ser respeitada. Se estamos em um momento como hoje, graças a Deus e à Ciência, se estamos em um momento de recuo importantíssimo das mortes, das internações graves e moderadas nos nossos hospitais, deveu-se a um conjunto de fatores que naquele momento foi necessário. O mundo procurou em todo canto, independentemente da ideologia do País, os nossos cientistas procuraram a vacina. Em tempo recorde deram conta de colocar essa vacina à disposição da população mundial. A vacina teve um peso enorme, não na redução do contágio, mas com certeza na internação de leitos hospitalares, de forma muito especial, de leitos de unidade intensiva. Junto à vacina tivemos uma série de estratégias, quando necessário, isolamento; quando necessário, orientação para evitar aglomeração; quando necessário, todas as restrições das máscaras, que acertadamente as autoridades sanitárias de Curitiba e do Paraná já deixaram livre e facultativa, e uma série de outras ações, de cuidados de higiene que evitam uma série de problemas, não só da Covid, mas de toda infecção por vírus. Isso é extremamente importante mantermos. O que me preocupa é que para mim, Michele Caputo, 37 anos completados, agora, no início de abril, como profissional de saúde, fui Secretário do Município de Curitiba e do Estado, a mim me preocupa tomar alguma decisão aqui que pode, em um cenário não desejado, porque

ninguém deseja que passemos de novo pelos piores momentos do contágio, das internações de Covid. Quem tem que decidir, quem tem que decidir as restrições com relação ao comércio, quem tem que decidir uma série de situações, não é nenhum político. Quem tem que decidir são as autoridades sanitárias, o Ministério da Saúde do Brasil, que tem um Programa Nacional de Imunização... (É retirado o som.) (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor! Por favor, vocês serão bem-vindos aqui, mas peço que respeitem os oradores. É uma regra da Casa. Então peço por favor, educadamente, que vocês respeitem. O Projeto será votado, cada um tem sua tendência, mas peço a compreensão.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, muito obrigado. O senhor é um homem democrático, coisa que anda meio em falta neste País dos intolerantes. Então, para mim, com relação ao enfrentamento à Covid-19, quem define todas essas situações é quem tem essa responsabilidade e sempre teve nos enfrentamentos das epidemias e das pandemias, ao longo de décadas neste País e no mundo: a Organização Mundial da Saúde, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e, no caso de Curitiba, a Secretaria Municipal de Saúde. Quem tem que decidir sobre isso é quem tem o controle dos dados epidemiológicos. Muito obrigado. Um abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que cumprimento os nossos visitantes. Quero cumprimentar a população que está acompanhando também a Sessão. Hoje, quero falar da Audiência Pública que fizemos na semana passada. Na quarta-feira fizemos uma Audiência Pública aqui na Assembleia, que tratou da terceirização do ensino médio profissionalizante. A nossa Audiência Pública – corrigindo aqui – foi na quinta-feira de manhã aqui na Assembleia, e tratou da terceirização no ensino médio profissionalizante. Aulas do ensino médio

foram terceirizadas para serem ministradas a distância, pela Unicesumar, criando um problemão em mais de 500 escolas, 500 colégios, do Estado do Paraná. Um deles é Cascavel – CEEP. Os pais, com os estudantes, professores, direção da escola, funcionários de escolas se uniram. E, lá, então, aquele colégio reverteu e o Estado contratou os professores para aula presencial, porque a aula a distância não estava dando conta de ofertar, com qualidade, as matérias para a formação desses estudantes de ensino médio profissionalizante. Ocorre que as outras escolas no Paraná também não querem essas aulas a distância. Por quê? Porque não está sendo boa para os estudantes. Então, tivemos a fala de estudantes, de pais, mães, de professores, de diretores de escolas, nessa Audiência Pública. Falaram, por exemplo, os estudantes de Cascavel e seus pais, alegres, evidentemente, pelo retorno da aula presencial. Mas falaram também, de Francisco Beltrão, estudantes, pais, mães, professores, do problema que está instalado lá naquele colégio. Também lá de Pato Branco. Também lá em Coronel Vivida, protesto, inclusive, da comunidade. Repetem-se protestos em outras cidades, como aqui em Curitiba, em Ponta Grossa, em Londrina, em Maringá, nas mais variadas regiões do Estado. A preocupação dos pais, dos estudantes, precisa ser entendida, acolhida e as escolas precisam receber professores para ministrarem aulas presenciais, porque a distância não está dando certo. Vários estudantes estão desistindo, logo, estarão esvaziadas essas salas, porque não estarão aprendendo as disciplinas importantes para a sua formação, como técnicos. Então, fica aqui mais uma vez a nossa solicitação ao Governador para que suspenda a terceirização e que contrate professores para ministrar aulas presenciais nessas escolas. Também quero tratar aqui, hoje inclusive pais, estudantes, autoridades lá em Capitão Leônidas Marques estavam protestando logo cedo lá no Colégio Antônio de Castro Alves. Por quê? Porque há seis anos estão esperando uma reforma, que começou e parou, precisa agilizar. A Secretaria da Fazenda precisa liberar o quanto antes recursos para que a Fundepar possa dar continuidade e fazer com que aquela escola volte a ser segura, aquele colégio, colégio que estudei ensino fundamental e médio, esse

colégio precisa da reforma urgente. Não é só o saguão que está escorado com madeira, com eucalipto, há vários espaços... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... há vários espaços da escola, desse colégio, que é o colégio Antônio de Castro Alves, de Capitão Leônidas Marques, precisando de reforma, e de reforma urgente. Então, a comunidade está certa, a população está cobrando e o Governo precisa dar uma resposta o mais rápido possível. O Marcelo, Presidente da Fundepar, disse que está apressando para nos próximos dias fazer nova licitação para atender àquela comunidade, e estamos acompanhando e pedimos aqui o mais rápido possível o atendimento a esta demanda, que é urgente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, no Grande Expediente, Deputado Marcio Nunes. Deputado Marcio Nunes, vou antecipar a fala do Deputado Galo e na sequência o Deputado Marcio Nunes, espero que esteja no gabinete ouvindo.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Galo; e Marcio Nunes.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, Deputados, Deputadas, carinhosamente é bom ver a nossa Assembleia com público. É muito bom ver. Saudar aqui o Deputado Marcel Micheletto, seja bem-vindo, finalmente vou vê-lo, na Secretaria o trabalho era muito grande, não passava da portaria. Mas o Marcel é um queridão, acho que temos condições de seguir as orientações do nosso Marcel. Ele é gentil e espero que possa conduzir sem que digamos assim um dia: *Que saudades do turquinho. Ah, turquinho, volta.* Marcel, bem-vindo. Vamos lá, vamos tocar, eu, o Amaro, o Jacovós, o nosso bloco. O Jacovós, precisamos ter uma reunião com V.Ex.^a. Bem, primeiramente quero colocar, senhoras e senhores, que deixei o Partido Podemos. Durante três anos estive lá no Partido do Podemos, onde fiz a minha parte. O Podemos nunca

ligou para o Galo, nunca foram capaz de pegar o telefone e dizer: *Galo, está frio ou está calor aí.* A única vez que liguei para Brasília pedindo orientação sobre uma votação me disseram assim: *Se vira Galo, vota do jeito que você quiser.* Então, hoje acompanho o meu querido amigo Guto Silva, tenho certeza de que terá sucesso nessa sua pré-candidatura ao Senado. Vou garrar com ele aí. Estou muito feliz e faço a minha saudação a este grande Líder do Brasil que temos aqui, que é o Ricardo Barros, comandando o PP. Mas, mais feliz ainda é estar, a partir de hoje, comandado por uma mulher. É muito salutar, é muito bom saber que uma mulher, Deputada Mara Lima, Deputada Mabel, que se encontram, a Deputada Luciana, são as mulheres que temos um profundo respeito e admiração, e todas as outras mulheres, Cristina, que uma mulher vai comandar o Galo aqui na Assembleia Legislativa. Estou pronto e disposto para colaborar com o grande Partido que é o PP. Dito isso, quero falar sobre o passaporte sanitário. Então, senão vejamos, onde que está escrito neste País que acabou a Covid? Agora, há poucos instantes, recebi aqui na sala ao lado um advogado e ele me disse assim: *Deputado, embora o senhor esteja sem máscara, vou manter a minha máscara porque fui positivado com Covid há cinco dias. Não estou mais transmitindo.* Já levantei, levei um susto, falei: *Espera aí Doutor! Não, não, não, não estou mais transmitindo.* O assunto era outro, mas acendeu aqui um *tom, tom, tom!* Ué, mas não acabou a Covid? Acabou a Covid, mas esse meu advogado aqui que me disse: *Contraí Covid há cinco dias.* Sou a favor da vacina, sou favorável à vacina, mas tenho apenas uma palavra, e quando entrava aqui na Assembleia e encontrei o meu querido amigo, assim gosto de chamá-lo, Doutor Turini, médico, uma coisa é sermos curiosos, porque durante a pandemia apareceu muito nego entendido que não é médico, não sabe absolutamente de mercadoria nenhuma e dá opinião, e fala: *Será assim, e tira e aperta e toma.* Não, não, não, fui pedir opinião a um médico, e disse assim: *Doutor Turini – já estava com a minha convicção de como vou votar, e talvez não agrade a plateia, ou talvez agrade – Doutor Turini, como é que é essa questão desse passaporte?* Ele é médico. Recebi, então, a orientação, porque rapidamente lembrei-me de meu neto que tem 14 anos, Marcio Pacheco, V.Ex.^a que é autor desse Projeto, ladeado aqui do Arruda, talvez vocês fiquem

assim: *Mas, Galo*. Lembrei-me do meu neto, meu neto tem 14 anos, estuda aí em um colégio, e fiquei imaginando meu neto entrando no colégio e aí vem uma pessoa e fala: *Auto lá*. E o moleque vai parar, ele tem educação, não é igual ao avô dele que muitas vezes não tem educação, ele vai parar. Aí ela vai dizer para ele assim: *Abra a sua bolsa aí! Por quê? Não, você tem que apresentar o passaporte sanitário*. Espera lá, então é constitucional ou não o direito de ir e vir? Minha avó dizia que a rua que vai ter que vir, às vezes dá na contramão, mas é o vai e vem. Então, quando ouvi o Doutor Turini, reforçou a minha vontade e o meu desejo de dizer “não” ao passaporte sanitário. Jamais aceitei, jamais aceitei, em nome do povo que represento, porque vim da *malocagem*, vim de dentro da favela, sei como é que me formei depois de 40 anos de idade, mas essa luta não saiu do Galo. Posso ter vindo de dentro de um barraco, saí de lá, mas o barraco não saiu de mim. Posso ter saído do meio do meu povo simples, mas esse povo não saiu do Galo, esse povo está aqui. Enquanto puder levantar a minha voz para defender o meu povo, eu virei. E vejam bem, senhoras e senhores, isso não é oportunismo, não é oportunismo, porque a minha decisão foi antes do Marcio Pacheco, foi antes do nobre Deputado Arruda, dentro da minha casa. Na minha casa decidimos, não vamos ser a favor de passaporte sanitário mercadoria nenhuma. É tanta coisa que *enfiam na nossa goela*. Senhoras e senhores que assistem a nossa TV – tomando água de coco Presidente? Não é? Desculpe. Então, senhoras e senhores, aqui quando você dá a palavra e você está na Base do Governo, muitas vezes, fechamos uma sala, *quebra o pau*, briga, xinga, mas vem aqui e cumpre a palavra. Votamos a favor. Mas quando temos a liberdade de dizer assim: *Hei, pera lá, aqui não tem Governo, aqui é uma coisa pessoal, aqui é o povo, aqui é meu direito constitucional*. E estou aqui falando porque o povo me deu essa possibilidade, hein, Adelino. Então, pelo respeito, pelo amor que tenho ao meu povo, às nossas crianças, às nossas mães, às guerreiras, em homenagem a esse público que aqui se encontra, em homenagem à verdade, à realidade, digo, Sr. Presidente, com muito orgulho, neste momento, que sou contra o passaporte sanitário. Vida longa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agora consulto o Deputado Marcio Nunes se já está em condições de falar. Deputado Marcio Nunes, por favor.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Senhor Presidente Ademar Traiano, nosso 1.º Secretário Luiz Claudio Romanelli, grandes companheiros. É uma satisfação muito grande estar de volta a esta Casa de Leis. E muito satisfeito depois de três anos e três meses tendo sido convocado pelo Governador Ratinho Junior para fazer parte do seu Governo. Tive a oportunidade com companheiros valorosos e com uma equipe técnica robusta poder construir a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Estado do Paraná e criar o Instituto Água e Terra. Cumprimentar aqui, Marcel Micheletto, nosso Líder da Bancada do Governo. É uma satisfação, Marcel, contar com você como nosso Líder. Conte com a minha ajuda, conte com o nosso apoio, conte com a nossa bancada do PSD, a maior bancada da Assembleia Legislativa. Você sabe, você é meu afilhado, meu companheiro, está aqui comigo. Foi um dos grandes coordenadores da campanha do Ratinho Junior Governador, e conte com o nosso total apoio e com a confiança do Governador que te indicou a esse cargo importantíssimo. Mas dizer que essa Secretaria, na nossa visão, fez, realmente, a grande diferença. O Estado do Paraná, nesses três anos e três meses, foi o Estado que mais cresceu, mais se desenvolveu, mais gerou novos empreendimentos, foi o que mais cuidou, mais recuperou e o que mais preservou o meio ambiente. Para vocês terem uma ideia, 150 bilhões de novos empreendimentos foram licenciados no Estado do Paraná. Isso fez com que o Estado do Paraná seja um Estado que mais recebeu investimentos da iniciativa privada no nosso Estado. E, tudo isso, todo esse crescimento, esse desenvolvimento, com o cuidado com o meio ambiente. Tanto é que a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo recebeu dois reconhecimentos. O primeiro reconhecimento de nível nacional, onde ele é um prêmio de competitividade entre os estados e o Paraná foi escolhido como primeiro local, primeiro colocado em sustentabilidade ambiental do Brasil. Até outubro, quando se encerra a premiação, o Paraná é o primeiro colocado. Mas, tenho certeza de que, a partir de outubro, o Paraná continuará sendo o primeiro

colocado, mas com uma margem muito superior à colocação do segundo lugar. Vamos ampliar a nossa diferença, com certeza, porque depois do prêmio nacional de competitividade entre os estados, o Estado do Paraná ganhou o prêmio pela OCDE, que é um organismo da ONU, que trata dos objetivos do desenvolvimento sustentável, sendo Paraná escolhido como o Estado que tem as melhores práticas do Brasil. Então, um reconhecimento nacional e um reconhecimento internacional desse trabalho feito pela Secretaria. Com isso, os nossos programas: como o programa *Paraná Mais Verde*, que é um programa que tem produzido e conduzido ao campo mais de 5,5 milhões de árvores nativas por ano. E ontem acompanhava os canais de televisão e grandes países do mundo fazendo um esforço extraordinário para em quatro, cinco anos, plantar 5 milhões de árvores. E aqui no Paraná, por ano, que é um Estado apenas do Brasil, produzindo e conduzindo ao campo 5,5 milhões de árvores nativas, mostrando em alguns países que até no combate à desertificação nos desertos os países começaram agora fazer barreiras verdes para poder evitar o desenvolvimento dos desertos. E aqui no Paraná temos feito isso e feito muito bem. E com uma diferença, depois do Código Florestal Brasileiro e da Lei da Mata Atlântica consolidados, que são as duas leis principais que regem a questão ambiental no Paraná e no Brasil, conseguimos encontrar uma solução que foi das melhores possíveis, que tenho certeza de que outros países do mundo já, já vão copiar, vão colar, porque hoje temos disciplinado pelas leis que regem o Brasil, e portanto o Estado do Paraná, qual é o tamanho da mata ciliar. Quantos metros temos que ter da mata ciliar de acordo com o corpo hídrico, de acordo com o tamanho do rio. Temos mata ciliar de 15 metros, 20 metros, 30 metros, 50 metros, 100 metros e até 500 metros no Rio Paraná, mas se o agricultor tiver que ter uma mata ciliar de 30 metros, ele não vai deixar 31 ou 32, porque a grande maioria dos produtores rurais do Paraná, Marcel Micheletto, é de pequenos produtores. Se, às vezes, ele deixar 10 metros a mais, vai acabar perdendo um hectare, dois, cinco, mas o que o Paraná está fazendo ineditamente? Fazendo o plantio no sobosque. O que é o sub-bosque? É onde já tem a mata ciliar, onde a mata ciliar já está implantada. Aí, sim, estamos pedindo para que toda a sociedade civil organizada possa fazer plantio das árvores,

porque o Estado tem capacidade para produzir 5,5 milhões de árvores, tem para conduzir ao campo, mas não tem mão e não tem braço para poder plantar. E quem tem condições de nos ajudar são as prefeituras, são as sociedades civis organizadas, são as escolas, são todas as instituições que existem na sociedade, Lyons, Rotary, Maçonaria, Cooperativas, empresas, todo mundo ajudando e participando junto, porque mesmo onde existe uma mata ciliar vigorosa, como sempre por ali houve uma degradação, como na época dos nossos avós, Plauto, que o desenvolvimento se deu das minas, as pessoas iam namorar na beira da mina porque não tinha água, e lá se deu o desenvolvimento. As pequenas propriedades, as pequenas cidades começaram do lado de um curso-d'água, porque era ali que tinha que começar. Como é que as pessoas iam se instalar onde não tinha água? Então, não de forma errada. Naquela época, os nossos pais, nossos avós, nossos bisavós fizeram o desenvolvimento das propriedades rurais e as cidades em torno dos mananciais de água. Mesmo que o manancial, a partir do momento que se instala o Código Florestal Brasileiro e Lei da Mata Atlântica, começa haver uma recuperação, mas mesmo na recuperação essas matas ciliares estão degradadas. Então, nosso interesse é plantar as árvores frutíferas embaixo do bosque, porque, inclusive, essas árvores vão muito bem na sombra. O Pinheiro Araucária é um exemplo disso. É uma frutífera, ele tem os seus frutos que é o pinhão, inclusive é uma iguaria do Estado do Paraná, e vai muito bem na sombra, como outras frutíferas também, como pitanga etc. Cada vez que você planta uma frutífera no sub-bosque, você está trazendo as árvores de volta, os animais de volta. Então, estamos plantando comida para os animais. Então, é um trabalho muito importante, também é um trabalho premiado em todo o Brasil, o nosso programa *Paraná Mais Verde*. Mas, em outros momentos, vamos discorrer sobre os demais programas que transformaram a Secretaria como número um no Brasil, tanto pela OCDE, como pela ONU e também vamos mostrar o tamanho que foi o crescimento do Estado do Paraná. Por isso, agradeço a todos pela atenção. Fico muito feliz de poder voltar a esta Casa. Venho com espírito de poder construir aqui, como construí até hoje, grandes amizades, grandes parcerias, fazer um grande trabalho, sempre visando a melhoria da qualidade de

vida de todos os paranaenses. Muito obrigado. Felicidades. Fiquem com Deus. Estamos juntos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, Sr.^s Deputados, atenção! Senhores Deputados e Deputadas, diante da nova configuração, em função das alterações partidárias que ocorreram aqui na Casa, há necessidade de realinharmos as lideranças partidárias de Partidos e Blocos. Como praticamente tudo já está consolidado em termos de Blocos e Lideranças, os nomes definidos, queremos que os Sr.^s Deputados e Deputadas reúnam-se para fazer a indicação dos Líderes, que farão parte dessas novas composições. Vou pedir ao 1.º Secretário, Deputado Romanelli, que faça a leitura da composição partidária da Casa agora e, na sequência, os Partidos e Blocos poderão se reunir e fazer a indicação dos novos Líderes.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, a Bancada do PSD nesta Assembleia Legislativa passa a ter 15 membros, a saber: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Adelino Ribeiro, Artagão Junior, Cobra Repórter, Estacho, Evandro Araújo, Francisco Bühner, Jonas Guimarães, Marcio Nunes, Paulo Litro, Bazana, Romanelli, Tercílio Turini, Tiago Amaral. A Bancada do PSD deve necessariamente se reunir e escolher o novo Líder, que deverá ser indicado aqui junto à Comissão Executiva. União Brasil passa a ter uma bancada com oito Deputados: Dr. Batista, Elio Rusch, Luiz Fernando Guerra, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nelson Justus, Plauto Miró, Reichembach. A Bancada do PP, Partido Progressista, passa a ter seis membros: Deputado Galo, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Adriano José, Tião Medeiros. A Bancada do PT passa a ter cinco membros: Deputado Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri. O Partido PL, Partido Liberal, passa a ter cinco Deputados: Delegado Jacovós, Gilson de Souza, Gilberto Ribeiro, Marcel Micheletto, Ricardo Arruda. Republicanos, cinco Deputados: Alexandre Amaro, Mara Lima, Delegado Fernando, Homero Marchese e Marcio Pacheco. PSDB, três Deputados: Deputada Cristina Silvestri, Mabel Canto e Michele Caputo. MDB, dois

Deputados: Anibelli Neto e Nereu Moura. PROS, dois Deputados: Boca Aberta Junior, Soldado Fruet. Cidadania, um Deputado: Douglas Fabrício. PDT, um Deputado: Goura. Democracia Cristã, um Deputado: Coronel Lee. Teremos seis Lideranças que se constituem de acordo com o nosso Regimento. Além disso, será necessária a criação de dois Blocos, um bloco composto do MDB/PDT e PROS e outro Bloco PSDB/Cidadania e Democracia Cristã. Essa é a composição inicial dos Blocos. São no mínimo quatro Deputados. Se houver algum questionamento, deve ser feito internamente. Era isso. Pedimos que as Bancadas se reúnam, indiquem os Líderes, o Líder ou a Líder para a Mesa Diretora, até porque todos já sabem os critérios de composição das Lideranças no aspecto administrativo. Qualquer dúvida, as senhoras e senhores poderão nos procurar para obter algum tipo de informação adicional que seja objeto de algum tipo de questionamento.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Deputado, só fiquei em dúvida quanto à questão dos Blocos. O senhor anunciou a composição dos Blocos já?

SR. 1.º SECRETÁRIO (Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, a princípio aqui, a Mesa Diretora está sugerindo que haja um Bloco integrado pelo MDB, PROS e PDT, e outro Bloco integrado pelo PSDB, Cidadania e DC. É uma sugestão. Obviamente, já conversamos com os Deputados que integram esses partidos e, certamente, eles poderão ter uma orientação diversa, mas a princípio essa é a nossa composição.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Muito obrigado, Sr. 1.º Secretário.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Luiz Claudio Romanelli – PSD): Acho que ninguém tem mais... Qualquer dúvida, estamos à disposição para prestar os devidos esclarecidos, não é! Devolvo a palavra ao Presidente desta Sessão, Deputado Tercílio Turini. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Homero Marchese (REP); Reichembach (União); Delegado Jacovós (PL); Maria Victória (PP); Soldado Fruet (PROS); Tadeu Veneri (PT); Goura (PDT); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas. Um cumprimento especial a vocês patriotas que aqui vieram defender a nossa liberdade. Parabéns e muita gratidão! Esta tribuna já ficou muito cheia de bandeiras vermelhas que não é do nosso País. Agora, é só verde e amarelo. É assim que o Governo funciona com o Governo Bolsonaro. Parabéns! Aproveito aqui para dizer da minha felicidade em fazer parte do partido PL, que é o partido do nosso Presidente, Presidente Bolsonaro, que defendo não é de hoje, defendi durante todo meu mandato. Por quê? Porque, pela primeira vez, temos um Presidente honesto, patriota e cristão. Por essa razão, o nosso Brasil está cada dia melhor. O Brasil que vem se superando pós uma pandemia e mesmo com a Guerra da Ucrânia. O Brasil é o País que mais cresce no mundo em todos os sentidos, geração de emprego, a nossa moeda se fortalecendo em relação ao dólar. E o País que mais investimentos internacionais recebe, atualmente, é o nosso País. Parabéns ao nosso Presidente! (Aplausos.) Hoje é um dia realmente que acho que todos que aqui estão, estão com uma emoção guardada no peito, porque essa luta para proibirmos esse arbitrário e inútil passaporte sanitário iniciei no final de 2021, e foram várias batalhas até chegar aqui, foram movimentos de rua, foram guerras no *WhatsApp*, *Telegram*, grupos em geral. Agradeço a todos que nos apoiaram. Vou dar um nome aqui, que é a Helen, que sempre esteve conosco, mas estendo os cumprimentos a todos que sempre nos apoiaram. E dizer, deixar muito claro que o nosso Projeto n.º 655/2021, que proíbe o passaporte sanitário em todo o Estado do Paraná, não é contra vacina, é a favor da liberdade, que é um direito adquirido constitucional de nós brasileiros. Tem muita gente querendo influenciar Deputados dizendo: *Não, vai atrapalhar a vacinação*. Atrapalhar o quê? Noventa por cento já se vacinaram, o resto já pegou, já está imune. Ora! Aí falo, tem hora que... quando queríamos implantar o tratamento imediato ou precoce, a Ciência não aprovou; agora que a

Ciência é contra o passaporte, a OMS, o Conselho Nacional de Medicina é contra o passaporte, tem gente que diz que não, que tem que ter o passaporte. Em nenhum lugar do mundo mais, vocês podem viajar, ninguém mais pede comprovação de vacina. Isso aí não presta para nada e não protege nada e nem ninguém. Por quê? Vacinados e não vacinados, ambos pegam e transmitem Covid. E a pandemia já acabou, vivemos hoje uma endemia e vamos conviver com ela em nosso País. Vamos parar com esse teatro da Covid. Chega! (Aplausos.) Mas vamos ter um tempo ainda para encaminhar o Projeto, na hora em que for votar vou falar mais a respeito dele. Gostaria aqui de falar também algo que me deixa indignado. Vocês conhecem aquela Miriam Leitão? Essa mulher perdeu, não é de hoje, toda a referência, toda a ética de uma jornalista; ela postou que o Bolsonaro é um inimigo da democracia. Onde já se viu! O Presidente que vem aturando essa *Globo Lixo*, aturando o STF, aturando um monte de bandidos criticando e atrapalhando o Governo dele e não mexeu em nada, manteve-se nas quatro linhas da Constituição Federal, ora, vão dizer que ele é um perigo para a democracia! Perigo é o Lula, que já falou que vai controlar os meios de comunicação, controlar as igrejas, controlar tudo! E, falando do *Nove Dedos*, não poderia deixar de falar isso: Como pode, um cara que foi Presidente aqui do nosso País, reunir-se lá no Rio Janeiro em uma universidade federal, em um evento que teve lá, e dizer, gente, olhem o mundo como vai enxergar isso, que esta guerra, que é uma guerra trágica e complicada entre a Rússia e a Ucrânia, o *pinguço* disse o seguinte, que iríamos resolver aqui no Brasil, se fosse ele, em uma mesa de bar, tomando uma cerveja, duas cervejas, 3, 4, 10 ou o estoque inteiro de cervejas e que iria fazer o acordo da paz. Não, Lula, bêbado não sabe fazer acordo nenhum! Lugar de bêbado não é na política! Você está trocando a sua vida política, que é uma vergonha, o senhor que foi o maior ladrão que o nosso Brasil teve, é um condenado, foi investigado, condenado e preso... (Aplausos.) O senhor tem a *cara de pau*, a *cara de pau* de falar uma bobagem dessas, que vai se resolver uma guerra tomando cachaça. É só no mundinho do PT que isso se resolve assim! É só no mundo do PT, no resto não, é trabalho sério! As pessoas têm que estar lúcidas para resolver qualquer problema, ou estou errado? Agora,

vindo de um homem que teve o nome dele limpo pelo STF, a atual Suprema Corte, que é um puxadinho do PT, que é a vergonha do nosso País, STF, o Sr. Alexandre de Moraes, que mandou prender um Deputado porque falou, descumprindo a Constituição Federal, o art. 53, que dá liberdade de fala e pensamento a qualquer Parlamentar, rasgou a Constituição e pior, o povo brasileiro paga milhões para bancar o Supremo para eles serem os guardiões da Constituição e estão rasgando a cada dia a Constituição Federal. Isso é uma vergonha que nunca houve no nosso País! Esse sujeito se acha um rei e ele não é nada mais do que um cara que está lá não por competência, está lá por *lobby* político, por conchavo político, senão não estaria lá não, estaria cuidando de outro tipo de crime que ele gosta de cuidar e que já sabemos também. Agora, onde estão... temos 513 Deputados Federais e 84 Senadores, Deputado Tercílio, fazendo o que em Brasília? Covardes com o *rabo preso*, que não enfrentam o Supremo! (Aplausos.) Isso aqui é uma vergonha! Como que pode uma Câmara Federal se rebaixar a 11 *capas-pretas* que estão lá por indicação política e não pelo povo? Fazendo o que querem, descumprindo a lei, descumprindo a Constituição, fazendo uma lambança em nosso País! E os Senadores, o Paraná tem três, três Senadores invisíveis, que não aparecem, não falam, sumiram – só pediram o voto e sumiram. Temos um Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, um covarde que tem medo, que não põe para votar o *impeachment* do Alexandre de Moraes. E os nossos Senadores deveriam estar lá batendo na porta ou chutando a porta e exigindo isso! Ora, se o povo quer, o político tem que cumprir, porque quem coloca o político aqui é o povo; e a nossa voz é a voz do povo e não está sendo a voz do povo. Então, o Brasil tem muito o que mudar. Ainda bem que estamos em ano eleitoral. É muito importante que o povo acompanhe o trabalho de cada um e vote realmente em quem trabalha para o povo e trabalha para o nosso Brasil, o Brasil verde e amarelo e não vermelho. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra o Deputado Homero Marchese. Só vamos solicitar aos nossos visitantes que, no horário da fala dos Deputados, por favor, mantenham-se em silêncio. Tem a palavra, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e população que nos assiste, em especial aqui presencialmente. Queria iniciar a minha manifestação primeiramente cumprimentando os jogadores, os funcionários e a diretoria do Maringá Futebol Clube, que na data de ontem sagrou-se Vice-Campeão Paranaense. Queria agradecer a todos eles pelo esforço dedicado e pelo trabalho honrado, sendo que proporcionaram à torcida momentos felizes, possibilidades de dar risadas com a família e com os amigos, a esperança de disputar um título paranaense depois de tanto tempo e, no final das contas, 12 anos de idade cobra o seu preço e o time, Deputado Guerra, o time quando mais perto do título estava, mais sentiu e isso com o tempo será resolvido. Queria parabenizar também o Coritiba, que tem um time bom, um ataque muito bom e é o legítimo Campeão Paranaense. O segundo assunto que gostaria de tratar tem a ver com o ParanaPrevidência. Estivemos nessa manhã com o Diretor-Presidente da ParanaPrevidência e com dois Diretores, o Jeferson e o Farah, para perguntar da implementação do Fundo Complementar da previdência dos servidores e eles nos disseram que isso deve acontecer em pouco tempo. Também perguntamos sobre a situação financeira dos fundos e eles nos disseram que a situação melhorou muito desde o início da gestão. Disseram-nos que nos últimos dois anos o Fundo de Previdência dos servidores do Paraná foi o fundo com a maior rentabilidade no Brasil e isso é motivo de orgulho não só para a equipe da ParanaPrevidência, mas também para os servidores do Estado, já que terão, com segurança assegurada, a sua aposentadoria. Parabenizar os Deputados que responsavelmente votaram a favor do que era certo quando foi necessário fazer a reforma da previdência nesta Casa. Um terceiro assunto, gostaria de adiantar a minha manifestação sobre o PL que proíbe o passaporte sanitário. No começo de março de 2020, o mundo enfrentava atônito o surgimento de um vírus misterioso proveniente da cidade chinesa de Wuhan. Quando o biólogo computacional francês François Balloux, do Instituto de Genética da Universidade de Londres, foi ao *Twitter* fazer algumas previsões sobre a crise, era março de 2020, ele havia passado os últimos cinco anos, os cinco anos anteriores em uma unidade de modelagem de resposta à pandemia e o Balloux, então, em março de 2020,

escreveu o seguinte, que aquela era a ameaça à saúde pública mais séria enfrentada pela humanidade desde a Gripe Espanhola, em 1918 e 1919, que matou 50 milhões de pessoas; que a segunda onda de infecções seria mais forte do que a primeira; que era de se esperar alguma sazonalidade nas ondas da doença, mas com intensidade menor do que acontece com a gripe comum, provocada pelo vírus Influenza, e disse também que, considerando o que acontecia com outros coronavírus, a imunidade contra reinfecções provavelmente seria curta, o que aumentaria o desafio de conduzir o enfrentamento à pandemia; disse que a provável curta imunidade derrotaria tanto a estratégia de achatar a curva quanto a estratégia de buscar a imunidade de rebanho na população; disse que a pandemia não era apenas um problema epidemiológico, mas também um problema econômico e que não havia isso de escolher entre manejar a pandemia e proteger a economia, já que a relação direta entre renda e saúde e um colapso econômico global poderiam custar mais vidas do que a própria pandemia. Balloux chegou a essa conclusão há dois anos e estava certo em praticamente tudo. No começo, no entanto, ele foi chamado de extremista, porque defendia uma estratégia de adotar todas as restrições possíveis, em relação ao controle do vírus, mas ele não deixou que a emoção suplantasse a razão e a experiência. Nessa semana, eu o sigo no *Twitter*, o Balloux, acompanhado de outros pesquisadores, escreveu outro texto, agora bem mais longo, em que tenta apontar o futuro da pandemia no mundo. Ele chama a atenção, entre outros pontos, especialmente para a possibilidade de continuidade da mutação do vírus e de que animais possam funcionar como reservatórios de contaminação, seja sendo contaminados, ou seja contaminando o homem. A exigência do chamado passaporte sanitário, que proíbe a prática de determinados hábitos e o acesso a determinados locais, em que não estejam vacinados contra a Covid, é o tema da discussão de hoje. Desde que alguns Ministros do STF e, individualmente, sem prévia previsão legal decidiram outorgar poderes para gestores, no Brasil, de adotar qualquer tipo de medida restritiva, esse problema tem suscitado discussões aqui no Brasil. O Paraná tem exigido o chamado passaporte sanitário em universidades públicas, no Ministério Público e em algumas empresas, como a

Copel. O Tribunal de Justiça também exigiu passaporte sanitário, mas recuou há algumas semanas, no que parabenizamos o Presidente do Tribunal de Justiça, que atendeu a um apelo também dos Deputados aqui desta Casa. O Ministério Público tem ido além, está querendo obrigar a vacinação de crianças, mesmo quando a vacina contra a Covid não está no Plano Nacional de Humanização, especialmente, para as crianças. O Brasil sempre tomou vacina, sempre teve uma cultura de vacinação. No Brasil isso nunca foi um problema aqui. Embora os números de vacinação das crianças, no Brasil, sejam mais baixos, a vacinação entre os alunos já passou seguramente dos 90%. É bom que se diga que isso aconteceu espontaneamente. Chegamos a esses índices não porque nenhuma autoridade quis, porque a ideia do passaporte só veio quando a vacinação estava bem consolidada no Brasil, mas porque a população quis se vacinar. O que levou a população se vacinar no Brasil foi, primeiro, uma cultura de vacinação antiga que temos. Confiar nos produtos e observar a redução das mortes e casos graves por Covid. Isso é bom que se diga a verdade. Na relação coletiva de riscos e benefícios, pessoas vacinadas no Brasil e no mundo tiveram muito menos chance de falecer de Covid, do que não vacinados. Um estudo de nosso gabinete, que desde o primeiro dia se dedicou a esse assunto, apontou que no mês de janeiro no Brasil, por exemplo, os não vacinados tiveram 11 vezes mais chances de morrer de Covid, do que os vacinados. Os vacinados pegaram Covid, transmitiram, houve casos de óbito. Aliás, morreram mais vacinados do que não vacinados, em termos absolutos, não proporcionais, mas, em termos proporcionais, o falecimento foi maior do que aqueles não vacinados. Mas novamente nesse assunto não devemos deixar a emoção suplantar a razão e a experiência. A prudência e a liberdade recomendam que a vacinação não seja obrigatória, nem que sua recusa possa levar alguém a ser sancionado. Há alguns motivos para se usar a vacina, há muitas pessoas jovens, em especial, que não querem tomar a vacina, muitas delas já se contaminaram, já têm certa proteção contra a doença. Há objeção por motivos méritos, objeção de consciência, objeção religiosa. A desobrigatoriedade da vacinação me parece a media correta se considerarmos alguns fatos, em especial o surgimento de uma variante, que é a

Ômicron, que com mais de 50 mutações, em relação ao vírus original, com 32 mutações apenas na proteína que faz a contaminação da célula, evade as vacinas existentes. Isso já é fato notório, no Brasil todo mundo aqui já conhece dezenas de pessoas, muitas na própria família, que mesmo vacinadas contraíram o vírus e, possivelmente, transmitiram o vírus também. O Governo do Reino Unido, que faz um acompanhamento sobre esse assunto, já indicou que, depois de seis meses, as vacinas hoje existentes têm eficácia praticamente zero contra a contaminação, porque o vírus consegue evadir esse sistema dos anticorpos, na verdade, os anticorpos deixam de existir, embora haja manutenção de certa eficácia para casos graves. Se pessoas vacinadas, que já tenham sido infectadas, ainda se contaminam e transmitem, significa que exigir o passaporte sanitário é uma medida inútil e, sendo uma medida inútil, é prejudicial e preconceituosa. Sendo preconceituosa, ela é ilegal. Esse é um problema que tem atrapalhado muitas pessoas e conheço muitas delas. Uma das melhores alunas que conheço, que estuda em uma universidade pública, vai reprovar de ano nos próximos dias porque se recusou a se vacinar mesmo tendo baixa idade, mesmo já tendo sido contaminada, ou seja, tendo uma proteção contra o vírus e será reprovada por conta de um fetiche ridículo da universidade pública em que ela estuda. Por conta de um entendimento revanchista de quem não fez o seu papel durante a pandemia, foi vacinado na frente do resto da população e agora quer prejudicar as pessoas que não foram vacinadas por algum motivo. São essas pessoas que precisamos proteger neste momento. São essas pessoas que precisam ter a sua liberdade condicional assegurada, porque, afinal de contas, não há lei no Brasil que obrigue a vacinação e determine que as pessoas percam o seu emprego ou percam uma matrícula em uma universidade ou em uma escola, caso não sejam vacinadas. Discordo de quem disse que decidir sobre isso é questão de autoridade sanitária. Não é. Quem decide sobre isso é quem tem voto, quem tem leito. A Constituição é muito clara, só por lei se restringe direito ou se cria dever no Brasil. Ou não foram os Governadores e os Prefeitos eleitos que decidiram por medidas restritivas? O passaporte sanitário também é inútil se só for exigido em alguns lugares, porque as pessoas vão a restaurantes, vão a bares, vão aos

supermercados. Quer dizer que elas não podem se contaminar fora de uma universidade, de um lugar de trabalho, por exemplo? Portanto, é mais um motivo de sua inutilidade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Homero, por favor, para concluir.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Em relação ao Ministério Público, que quer punir pais e tirar a guarda de mais de um milhão de pais, no Paraná, saibam que estão fazendo isso com base de uma autorização para vacinas que ainda são emergenciais – isso é verdade –, para as crianças, e quando o índice de vacinação de crianças no mundo inteiro é muito baixo. O Brasil já tem, com 47% de vacinação nas crianças, um dos maiores índices de vacinação no mundo, quando vários países não vacinam crianças. A Inglaterra vacinou 2% das crianças; a Alemanha, 21%; Estados Unidos, 34%. E o Ministério Público quer exigir com base em vacinações, que ainda são experimentais, a vacinação e punir pais, inclusive, com a perda de guarda. Isso não pode acontecer. Há um milhão de pais no Paraná esperando a nossa resposta. Vamos dar hoje essa resposta votando a favor do Projeto, que proíbe o passaporte sanitário. (Manifestações nas galerias.) Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Reichembach.

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): Presidente Turini, Plauto Miró, Gilson de Souza, que estão à Mesa, Deputados e Deputadas, pessoas que nos acompanham e também a população do Paraná que está nos acompanhando pela internet, pelas redes sociais. Também quero registrar aqui, com pesar, o falecimento do Ex-Deputado, Ex-Presidente desta Casa, o Ivo Thomazoni, que é de nossa região, da cidade do Guerrinha, da cidade do Guto Silva, vizinha de Francisco Beltrão e Pato Branco. Em toda a região foi uma liderança muito reconhecida, uma liderança que fez história, no período da posse do movimento dos posseiros lá na região, com a posse da terra, ele foi uma das grandes

lideranças, atuando no rádio, mobilizando as pessoas e depois fez uma caminhada política com grandes feitos no sudoeste, com grandes feitos no Paraná. Tem familiares em Francisco Beltrão, nossos amigos, então, vão nossos sentimentos para todos os familiares e amigos. Dar as boas-vindas aos colegas, Deputados Micheletto, que chega novamente a esta Casa. Parabéns pelo seu belo trabalho lá na Secretaria da Administração. Com certeza o perfil adequado para liderar a Bancada da Base do Governo aqui nesta Casa. Conte conosco. E também meu amigo de longa data, o Deputado Marcio Nunes. Seja bem-vindo e parabéns pelo excelente trabalho à frente da Secretaria do Meio Ambiente do Paraná, muito reconhecido e com grandes resultados. E quero aqui registrar, Presidente Turini, um fato que já se torna realidade no Estado do Paraná em relação a um assunto, que desde que cheguei a esta Casa, em 2015, com uma atuação mais destacada, talvez, naquela oportunidade, mas com o meu apoio e do Deputado, saudoso Deputado Schiavinato, que faleceu vítima de Covid quando Deputado Federal. Ele defendia, e com ele estávamos com aquela bandeira empunhada da necessidade de implantar no Estado regras e normas mais adequadas para destinação, para o recolhimento e destinação de carcaças de animais mortos nas propriedades. Qualquer pessoa, mesmo que não sendo do meio, se for imaginar, bovinos, equinos, frangos, que temos regiões, Deputado Jonas Guimarães, que é do segmento, que tem mortandade grande, suínos, e que essa destinação é feita muitas vezes, na maioria das vezes, de forma incorreta, levando riscos, levando contaminação ao lençol freático, a rios, isso é muito preocupante, sem dúvida, além do aspecto sanitário, disseminando doenças, contaminando o restante do rebanho muitas vezes. E, como disse, no Paraná agora já temos uma realidade diferente que começa a ser implantada. Então, tínhamos uma cobrança, houve várias discussões com a Secretaria da Agricultura, especialmente com a Adapar, e hoje existe no sudoeste, no município de Enéas Marques, um modelo já autorizado pela Adapar de forma, como um projeto piloto, mas já em atividade, com acompanhamento da Adapar, para criar, aprimorar as regras para que esse processo seja cada vez mais fortalecido no Estado e que mesmo possa servir de base para outros estados brasileiros, porque percebemos

que ainda isso deixa muito a desejar. Sabemos das grandes mudanças que vêm acontecendo em vários aspectos, especialmente no aspecto sanitário, envolvendo a agricultura e envolvendo especialmente a pecuária, e que sem dúvida esse encaminhamento é um passo importantíssimo para dar mais segurança alimentar para a população brasileira e também para criar mais qualidade e credibilidade para a exportação, porque o mercado externo é muito ligado, muito atento ao mercado brasileiro, muito exigente, e aqui, que se torna cada vez mais um celeiro do mundo, precisa ter quantidade, precisa ter custo adequado, mas, acima de tudo, precisa ter qualidade, porque isso representa a saúde e a saúde nesse aspecto sanitário agradece esse Projeto e também o meio ambiente vai ganhar muito com isso. Queremos agradecer a sensibilidade, o interesse da Secretaria da Agricultura do Paraná, especialmente da Adapar que deu todo o apoio necessário para que esse Projeto possa ter se tornado uma realidade e hoje já atendendo aos municípios de Marmeleiro, São Jorge do Oeste, Mariópolis, e na semana passada iniciou também no município de Francisco Beltrão e vários outros municípios interessados também em buscar esse caminho e tirar de cima de muitas prefeituras pequenas, quem foi Prefeito aqui sabe que tem uma pressão permanente, inclusive feriado, finais de semana, para que a Prefeitura dê apoio para enterrar esses animais para destinação, enfim, e muitas vezes é feito até de forma ilegal, e mesmo com a participação do poder público muitas vezes é feita de forma não adequada em relação aos prejuízos que possa trazer na parte sanitária e também ao meio ambiente. Obrigado, e fica aqui então essa excelente informação para todo o Paraná, especialmente para as regiões mais fortes na agropecuária na produção de proteína, que sem dúvida ganharão muito com isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, com a palavra o Deputado Delegado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, demais pares, público que nos acompanha pelas *TV Assembleia*, rede social, público presente nesta Casa de Leis. Valho-me hoje aqui, estou em mãos com a Constituição da

República Federativa do Brasil. Então, em tese esta é nossa Carta Constitucional e que a todos devemos obediência. Trouxe a Constituição aqui para argumentar se estou errado. Estou errado ao observar o art. 5.º da nossa Constituição que fala aqui dos direitos e das garantias fundamentais de todo o cidadão e cidadã brasileira, e o que diz já o art. 5.º da nossa Constituição no seu inciso II: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.” Está clara a Constituição. Então, com todo respeito às pessoas que ainda defendem esta, vamos dizer, aberração que é o tal passaporte sanitário, não conhece a Constituição do Brasil, não conhece nada da Constituição. Está no art. 5.º, II, é bem claro, e quis o legislador pátrio, lá em 1988, o nosso relator da Constituição foi o Bernardo Cabral, até *esquerdopata* aí, mas ele teve o cuidado de na época colocar no inciso II: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.” E onde está lei neste País, onde encontramos alguma lei federal, teria que ser uma lei federal, uma emenda à Constituição, porque isso aqui são cláusulas pétreas da nossa Constituição, qual emenda à Constituição brasileira diz que você é obrigado a se vacinar, que você é obrigado, para entrar em um local público? Não estou nem falando de local privado, um estádio de futebol, por exemplo, que você é obrigado a apresentar uma carteirinha dizendo que você se vacinou, porque senão você não entra? Então, esse aqui é o principal argumento pessoal, art. 5.º, II, da Constituição, está claro que esse tal passaporte sanitário é ilegal, inconstitucional e absurdo. Agora, vão contra-argumentar que não precisamos votar aqui uma lei hoje no Estado para que o cidadão não precise apresentar esse tal passaporte sanitário. Mas por que está sendo votada uma lei hoje aqui proibindo que se exija esse documento irregular? Por quê? Algumas pessoas, investidas de um poder que não têm, pessoas que quando você dá um suposto poder para eles, eles não sabem utilizar esse poder, ou essa autoridade, inventaram por conta própria, administrativamente, essas tais exigências, ou seja, esse tal de passaporte sanitário. Então, o que está sendo votado aqui hoje é algo para contrapor aberrações, absurdos Paraná afora, Brasil afora. E esses absurdos, às vezes, advêm das próprias autoridades constituídas, é o caso do Ministério Público do

Estado do Paraná. O Ministério Público do Estado do Paraná, por meio dos seus agentes, em algumas cidades, mandaram cartinhas ao Conselho Tutelar dizendo que recomendava que os pais vacinassem os filhos com relação à vacina da Covid. Só que o cidadão lá, aquele que não é letrado, aquele que levanta 5 horas da manhã para defender o pão de cada dia, ele não sabe o que é uma recomendação, e aí o Conselho Tutelar chegar para o pai, manda uma cartinha, como isso ocorreu em todo o Paraná, dizendo assim: "Olha, o Ministério Público recomenda que o senhor vacine o filho." E o pai entende que aquilo é uma obrigação. Então, quer dizer, nem o conselheiro tutelar sabe o que está fazendo e muito menos o representante do Ministério Público, que deveria zelar pela nossa Constituição. Então, o que será votado aqui hoje é apenas uma garantia da nossa Constituição. E aí, com todo o respeito aos Deputados que são contra, não entendo se eles estão sendo orientados ideologicamente, porque neste País, na verdade, a questão da Covid-19 se transformou em uma guerra ideológica, não por conta dos conservadores, não por conta daqueles que defendem a família e, sim, por um bando de gente que chegou à conclusão de que a única forma de eles voltarem ao poder, ficaram no poder 15 anos, fraudando este País, roubando este País, levando bilhões para Suíça, comprando grandes conglomerados e fazendas, desviando dinheiro das nossas estatais e chegaram à conclusão: *Olha, não tem como acusarmos este Governo de corrupção. Olha, tentamos achar uma coisinha ou outra, mas não acha nada. Tentamos impingir aos filhos do Presidente determinadas coisas, mas não pega no Presidente. Os Ministros do Presidente não são investigados por corrupção.* Então, o que ocorre? Como o Presidente, ele garante o direito, ele defende claramente o direito das pessoas, aqueles que não quiseram se vacinar, o Presidente diz: *Oh, ninguém é obrigado a se autovacinar, a ser vacinado à força.* Então, eles pegaram essa linha de raciocínio e falaram o seguinte: *Vamos pegar o atual Governo nessa linha.* E ficam o tempo todo, não é somente os *esquerdopatas* e comunistas, esses grandes conglomerados de comunicação que tiveram o cerceamento, não o cerceamento, mas que tiveram cortadas as suas gordas verbas para falar bem dos governos que roubaram este País, tiveram as suas verbas cortadas e se voltaram todos contra o atual Governo.

Essa que é a grande verdade. Por trás disso, ideologicamente, é o que consta, porque se você for analisar juridicamente e o que está previsto na nossa Constituição, está claro que ninguém pode obrigar você a fazer alguma coisa, se não em virtude de lei. E o nosso posicionamento aqui hoje será a favor do Projeto, ou seja, contra a exigência do passaporte sanitário, que não é nada mais que a nossa obrigação. Como disse o cidadão que está presente hoje na tribuna, foi outorgada a cada um de nós Parlamentares uma procuração. E essa procuração pode ser, vamos dizer assim, cancelada a qualquer momento. Temos e somos obrigados a cumprir a Constituição. Então, peço aqui hoje que os Deputados que querem preservar o pouco do que resta na nossa Constituição, até porque o nosso Supremo Tribunal Federal rasga constantemente essa Constituição, devemos, então, votar a favor desse Projeto. Digo que o Supremo Tribunal está rasgando constantemente a nossa Constituição, porque está aqui no inciso IV também, Sr. Presidente: “Que é livre a manifestação do pensamento e é vedado o anonimato.” Mas temos um Deputado que está preso, que foi obrigado a colocar tornozeleira, ficou preso oito meses, porque expressou a manifestação de pensamento dele contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Prenderam o Deputado. Agora vão condená-lo daqui alguns dias, porque já marcaram o julgamento dele. Então, não respeitam a nossa Constituição, inclusive os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Era isso, Sr. Presidente. Depois voltamos no encaminhamento do projeto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Maria Victória.

DEPUTADO MARIA VICTÓRIA (PP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Deputadas, nobres colegas Parlamentares. Que dia de alegria, não é nosso 1.^o Secretário Romanelli, estar aqui nesta Casa com todos os colegas reunidos, podendo utilizar o acesso ao Plenário, podendo receber aqui os nossos colegas, amigos, população, esta Casa finalmente aberta novamente. Pós-pandemia, sem máscaras, para nós é realmente um novo momento da política. Estou alegre não só por isso, mas também pelos nosso Progressistas aqui no Estado do Paraná e

não poderia deixar de subir a esta tribuna hoje como Parlamentar, mas também como presidente do Progressistas aqui no Paraná, para dar as boas-vindas aos nobres colegas Parlamentares que se juntaram a nós: o Deputado Estadual Galo, agora Progressistas, o nosso Deputado Guto Silva, o Deputado Tião Medeiros, o Deputado Soldado Adriano. Parlamentares que só engrandecem o nosso Partido. Juntaram-se a nós o colega Luiz Carlos Martins, também Progressistas, e somos agora a terceira maior bancada da Assembleia Legislativa. Quero também dar as boas-vindas aos secretários que retornaram a esta Casa: Marcio Nunes, que fez um trabalho brilhante à frente da Secretaria do Meio Ambiente, fez uma baita contribuição nos municípios do Estado do Paraná. Também o Marcel Micheletto, amigo, querido, agora meu Líder aqui nesta Casa. Lidera a nossa bancada Progressistas que, pode ter certeza, Marcel, irá contribuir com a governabilidade do Ratinho Junior. Conte conosco. Conte conosco na CCJ. Estamos juntos em apoio ao nosso Governador. Quero também declarar aqui a nossa alegria em receber o nosso partido os Deputados Federais Evandro Roman, a Deputada Christiane Yared, que assumiu também o Movimento Mulheres Progressistas no último sábado, e tenho certeza, Mara Lima, de que fará um trabalho brilhante à frente desta pasta tão importante. Também agradecer a vinda do colega Deputado Pedro Lupion, que foi inclusive Líder aqui nesta Casa da nossa Governadora Cida Borghetti, quando estava à frente do Governo do Estado, fez um brilhante trabalho e agora é Progressistas. E dizer que é o Partido que mais cresce no Brasil. Estamos muito contentes com a vinda desses Parlamentares que só engrandecem o Progressistas, praticantes da boa política, e estaremos juntos aqui nesta Casa, não só em apoio ao Governador Ratinho Junior, mas também ao Presidente Bolsonaro. “*Não*” ao passaporte sanitário. E, só para encerrar, o nosso grande Líder do Governo Bolsonaro, Deputado Federal Ricardo Barros, é também nosso Líder aqui no Paraná, é o Líder do Progressistas e fez um brilhante trabalho. Então, meu pai, meu herói e fez, de fato, uma grande articulação para que o nosso Partido pudesse tomar corpo, não só no Estado do Paraná, mas em todo o Brasil. E vamos juntos “*não*” ao passaporte sanitário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, colegas que nos acompanham por meio das nossas redes sociais, meus amigos colegas que estão aqui hoje, é muito bonito ver. Estávamos com saudade de vocês participarem conosco aqui. Senhor Presidente, hoje, no item 5, será votado o Projeto n.º 655, um Projeto que assegura a plena liberdade e o direito de ir e vir em todo o território do Estado, contra o passaporte sanitário. Durante a pandemia, presenciamos por meio das televisões, das redes sociais, as diversas aberrações com o povo brasileiro. Pessoas indo presas em praias, pessoas sendo impedidas de entrar em determinados ambientes, pessoas perdendo emprego porque optaram por não se vacinar ou se vacinaram, mas no momento não tinham ali o seu comprovante vacinal. Venho da região de Foz do Iguaçu e lá a minha cidade sofreu muito com isso. O Prefeito impôs por um tempo o passaporte sanitário e ainda ameaçando funcionários públicos de perderem o emprego se não se vacinassem. Hoje, Sr. Presidente, não é um simples Projeto que será votado aqui. Hoje, é um grito de liberdade para o povo paranaense. Hoje é um grito de chega de ditadura judicial, que está acontecendo aqui no Paraná, que está acontecendo no Brasil. É inconcebível o Ministério Público querer impor medidas aos pais por não optarem de seus filhos serem vacinados. Onde vamos parar? Depois da Bíblia, para nós brasileiros, este aqui é um dos livros mais importantes. Este aqui representa a democracia no Brasil. Isto aqui representa a liberdade. Então, meus amigos e amigas, peço hoje aos Parlamentares, àqueles que foram eleitos pelo povo, que façam a vontade do povo, respeitem esta Constituição e “*não*” ao passaporte sanitário! Chega de ditadura no nosso Brasil! Chega de ditadura no nosso Paraná! Respeitem a vontade do povo, aqueles que foram eleitos pelo povo. O que está acontecendo é que aqueles foram indicados por alguns e estão mandando no Brasil. Chega! Respeitem a vontade do povo! “*Não*” ao passaporte sanitário! Obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, os que acompanham a Sessão pela *TV Assembleia*, que hoje estão presencialmente aqui também. Sejam bem-vindos e bem-vindas! Depois de dois anos, é importante, Deputado Pacheco, que possamos ter novamente a Assembleia aberta. Não vou fazer nenhum tipo de referência aos projetos que estão sendo votados aqui porque, obviamente, já foi falado por vários Deputados e vamos votá-los daqui a alguns minutos. O que venho aqui, Sr. Presidente, é fazer duas reflexões. Primeiro, e é importante que a Assembleia esteja aberta, como falei, até porque, Deputado Romanelli, as pessoas podem vir aqui falar, mas algumas vezes ouvimos, talvez por se entusiasmarem, as pessoas falarem coisas que não repetem depois quando ficam no Plenário. Ouvi um Deputado falar que precisamos ficar livres do “*nove dedos*”, livre de ladrões, de bêbados. Ora, parece que está em um santuário. Parece que está falando da pessoa mais ilibada do planeta quando fala do Presidente Bolsonaro, o homem que vive doente, o homem que a cada dia que passa diz que não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, o homem que recusou que iria para o Centrão e que hoje tem o Centrão como seu único apoiador, o homem que faz todos os dias falcatruas... (Manifestações nas galerias.) O homem, Sr. Presidente, que...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Galerias... Galerias... Atenção, galerias!

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Pode deixar, Sr. Presidente. Pode deixar. Estamos com saudades disso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Estamos com saudades disso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, Deputado Tadeu, não. Pedi já no início desta Sessão que as galerias respeitassem os oradores, independentemente da posição. Peço a compreensão, por favor, gente. Por favor, a Casa abriu, a Casa abriu para... (Manifestações nas galerias.) Por favor, senão vou ter que mandar evacuar daí. Ou respeitam ou não respeitam! Aqui a democracia impera, mas o respeito tem que imperar também. Se houver reação, mando sair das galerias em respeito ao orador.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente, mas são 35 pessoas para o senhor... Senhor Presidente, 35 pessoas que precisam ser ouvidas também. O senhor não responde de lá, por favor, senão vamos pedir para o senhor sair. O senhor me respeite, porque estamos respeitando. Vii dar uma de macho lá em cima é muito fácil, depois vai ter que sair. Pegue o Arruda embaixo do braço e saia com ele. Respeito vocês. Respeitem-me. Respeitem-me. Ouvi todos que falaram de lá. Agora, se o Deputado Arruda resolve falar as besteiras dele, não somos obrigados a ficar quietos. Se o Presidente Bolsonaro resolve fazer um superfaturamento de R\$ 1 bilhão em ônibus, não somos obrigados a ficar quietos. Então, respeitem-me como sempre respeitamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arruda, peço a sua compreensão, por favor.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Quer fazer circo? Vá para o picadeiro. Vá para o picadeiro! Voltando, Sr. Presidente. Tivemos uma licitação feita agora para ônibus. Os termos que foram aprovados para a compra de ônibus eles são 55% mais caros do que os ônibus que seriam comprados. Ônibus que deveriam custar um valor, foram superfaturados em 55%, ou seja, 3 mil 850 veículos que deveriam custar 1 bilhão e 300 milhões vão para R\$ 2 bilhões 450 milhões, R\$ 732 milhões de superfaturamento. Não adianta trocar o Ministro que dizia que recebia em ouro. Não adianta trocar o Ministro que recebia os pastores para liberar emendas, se continuar ancorado naqueles que sempre fraudaram. Dito isto, Sr. Presidente, quero fazer aqui também uma referência à Audiência Pública que realizamos na

última semana, Deputado Homero. Na última semana, tivemos uma Audiência Pública sobre a Petrobras e a situação do Paraná. A Fafen que foi fechada. A Fafen produzia 30% da produção nacional de fertilizantes aqui no Paraná, Sr. Presidente. Diariamente, 1 milhão 303 mil toneladas de amônia, 1 milhão 975 mil toneladas de ureia. Em 2013, foi recomprada e agora foi novamente fechada. Em 2017, tínhamos outra usina praticamente pronta em Três Lagoas. Por determinação do Ex-Juiz Sérgio Moro, a Petrobras deixou de repassar recursos para a finalização da Usina de Três Lagoas, com 85% dela concluída. Isso daria autossuficiência em nitrogenados. Hoje, estamos na dependência de comprar, Deputado Marcel Micheletto, o senhor que é do agronegócio sabe o que será difícil no ano que vem para comprar nitrogenados, por conta inclusive da guerra que está acontecendo entre a Rússia e a Ucrânia. Sabe também que aqui agora como Líder, saúdo-lhe como Líder do Governo, sabe também que aqui no Paraná temos uma proposta de fechar, feita pelo Governo Federal, de fechar a usina aqui, a refinaria Presidente Getúlio Vargas. A Presidente Getúlio Vargas, para aqueles que não sabem, representa, a Repar é responsável por 11.38% do total de impostos arrecadados no Paraná e cerca de 13.67 do total de ICMS. Oitenta e oito por cento do faturamento vêm da transformação do petróleo em derivados. O Brasil importou em combustível, apenas em combustível, nos 12 meses de 2020, US\$ 11,12 bilhões. Importou, nos 12 meses de 2021, Deputado Jacovós, US\$ 7,6 bilhões em derivados, porque não refina mais aqui. Se a Fafen for vendida, o Paraná vai perder 14% da sua arrecadação direta. Então, faço aqui um apelo, Deputado Marcel, já havia feito isso com o Deputado Hussein que o antecedeu aqui na Liderança do Governo, e por diversas vezes havíamos pedido para que agora o Governo possa, ainda há tempo, interceder para que, falei isso com o Deputado Guto quando era Chefe da Casa Civil, deve estar lembrado, para que o Governador Massa possa interceder para que a Refinaria Presidente Vargas não seja colocada à venda. Não é porque tem 800 empregos ou 2 mil empregos. Isso é importante, mas é porque com isso perdemos 12% da arrecadação de ICMS. Algumas pessoas acham, Deputado Homero, que vendida a refinaria, os preços da gasolina abaixam. Olhem o exemplo da Bahia, que tem a gasolina mais cara do

Brasil e a Refinaria Landulpho Alves foi vendida, foi privatizada; olhem os demais exemplos que temos das privatizações feitas e que hoje estão sendo pagas para alugar aquilo que antes pertencia à Petrobras. E é preciso que tenhamos clareza disso, porque ao vender essa usina, essa refinaria, não significa, Deputado Requião, que a compradora vá refinar no Brasil, ao contrário, uma das possíveis compradoras ou interessadas é uma grande empresa que produz e refina na Argentina e que poderá utilizar a nossa usina aqui, a Repar, feita em 1973, apenas para estoque e passar a comprar da Argentina o combustível que poderíamos estar produzindo aqui. Então, é preciso que se tenha clareza do que é o papel que temos. Espero que o G-7, que sempre foi tão duro com relação aos servidores públicos, mandando cartas para que não houvesse reajuste, fazendo plano de Governo, acompanhando o processo do Governo quando eram feitas as tais, que até hoje não sabemos quem, nem quanto e nem como, o Deputado Arilson tem buscado saber isso, as tais das isenções fiscais, que hoje somam 17 bilhões neste ano, R\$ 17 bilhões neste ano de isenção fiscal, que o G-7 também seja diligente e que aja, como diz muitas vezes, em defesa do Paraná. Não dá para fazer dois discursos, não dá para fazer duas conversas, uma conversa aqui e outra conversa lá fora, uma conversa no Palácio e outra conversa lá dentro da federação, seja ela qual for. Por isso nós, da Oposição, só temos um discurso; nós, da Oposição, só temos um caminho; nós, da Oposição e do Partido dos Trabalhadores, temos dito, Deputado Plauto, o tempo todo, que aquilo que interessa à população vamos defender e interessa à população ter combustíveis a preços acessíveis, interessa à agricultura ter fertilizantes a preços acessíveis, interessa à população ter gás de cozinha a preços que sejam possíveis de serem comprados e adquiridos por toda a população. Não vamos fazer, Sr. Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, um minuto para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente. Não vamos fazer, como, aliás, nunca fizemos, discurso de ódio aqui dentro, mas vamos responder às baixarias e às malcriações. Como Líder do PT, sempre falei, desde o primeiro

dia, aqueles que chegaram aqui pela primeira vez devem lembrar: da forma como nos tratarem, serão tratados. Trataram com falta de respeito, serão tratados com falta de respeito, porque quem quer ser tratado como cachorro será tratado como um cachorro – e não como um cachorro de *pet shop*, mas como um cachorro de rua, porque é assim que se comportam. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente... *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, algumas vezes já não consegui concluir discursos nesta Assembleia porque nas galerias a militância do PT me vaiou incessantemente, xingando-me inclusive, falando-me palavras de baixo calão e não me deixando terminar. O senhor hoje garantiu o direito de fala do Deputado Tadeu Veneri e acho que até o senhor tem razão, porque o Deputado Tadeu Veneri foi eleito para estar aqui para poder trabalhar. Só peço que o senhor faça isso sempre, seja quem esteja nas galerias, porque já me senti desrespeitado várias vezes quando era o PT que estava nas galerias e não houve essa decisão por parte do senhor. Acho que isso tem que ser um precedente que tem que valer sempre. Obrigado. (Aplausos.) (Manifestações nas galerias.)

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Peço à nossa equipe de segurança da Casa que se dirija às galerias e se ouvirem algum cidadão ou cidadã que afronte o Parlamentar, que retire das galerias. É esse o apelo que faço, porque desde o início estou falando. Gente, aqui tem tendências de toda a ordem, vocês têm que respeitar, é a opinião, como respeito a de vocês! A Casa está aberta e é democrática, agora não podemos ficar aqui fazendo afronta aos

Parlamentares! Solicito à nossa equipe de segurança, por favor, que se dirija às galerias. Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, quero aqui ser solidário ao Deputado Homero, como, aliás, fui, Deputado Homero, quando o senhor foi naquela tribuna, o senhor deve estar lembrado que foi naquela tribuna, foi vaiado e fomos pedir para que as pessoas não o vaiassem e que o escutassem mesmo que discordassem. Fui solidário várias vezes! Estávamos com a Casa aberta naquele período muito difícil, em 2019, na votação do Projeto que previa o aumento de quota de alíquota na previdência e o senhor foi falar, foi vaiado e fui lá em cima pedir para que não vaiassem, para que lhe ouvissem e fui lá lhe cumprimentar quando o senhor saiu. Por isso, sou solidário ao senhor. Acho que o Parlamentar tem que ter o direito de falar. E, quando não tem o direito, tem que responder! Não podemos mais ser tratados como se fôssemos aqui rio de esgoto, que qualquer um vai e xinga, falar o que dá na cabeça. Então, toda vez que o senhor for falar e for vaiado, vou subir, mas não vou subir para incentivar a galerinha a fazer discursinho, vou subir para pedir que lhe ouçam, como é o seu direito. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Faço um apelo, vejo o Deputado Ricardo Arruda nas galerias, por favor, Deputado. Sei que são seus seguidores, vão apoiar o Projeto, querem apoiar, por favor, só faça a gentileza de pedir que, enquanto um Parlamentar que tenha posição contrária fale, não seja vaiado ou agredido, como também V.Ex.^a falou e todos lhe aplaudiram. Então, esse é o apelo que faço. E consulto se tem funcionário da Assembleia nas galerias, inclusive quero saber! Se houver funcionários nas galerias vamos identificá-los e tomar as providências necessárias.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, isso também é inédito. Nunca vi o senhor fazer isso! Com todo o respeito.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Presidente, *pela ordem*.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Nunca vi. O PT vem nas galerias, lota as galerias, muito provavelmente com funcionários da Casa e nunca vi o senhor fazer isso! Acho o seguinte, acho que o político que não quer tomar vaías está na profissão errada, agora, durante a fala deve-se manter respeito. No final, aí aplausos ou vaías, enfim! (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero, com o devido respeito a V.Ex.^a, mais uma vez insisto que a ordem aqui vai prevalecer, seja quem for! Tem que cumprir a ordem, portanto, se necessário for, tomaremos as providências.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Vejo que o senhor está fazendo a coisa certa, porém, Sr. Presidente, apenas vaías. Quando votamos aqui o Projeto *Escola sem Partido*, ouvi palavras aqui de baixo calão, todo mundo xingou e fizeram uma baderna terrível nesta Assembleia Legislativa, a ponto de pessoas pularem dali de cima e os seguranças ficarem todos aqui. Concordo com o senhor que o Parlamentar tem que ser ouvido, porém acho que não pode ter dois pesos e duas medidas, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Amaro, com o devido respeito a V.Ex.^a, esta Presidência, enquanto Presidente, em momentos difíceis desta Casa, tive o mesmo comportamento. Infelizmente é difícil de controlar as galerias em determinados momentos, mas sempre me posicionei pelo respeito. Então, não será diferente agora. Vou me manter da mesma forma e tenho certeza de que quem está nas galerias é a favor do Projeto, está defendendo os Deputados que estão fazendo as suas falas favoráveis, mas o

contraditório é da democracia, vamos respeitá-lo. E reafirmo aqui, se necessário for, em outras circunstâncias, como já fiz no passado, vou agir da mesma forma.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Quero, aproveitando aqui, dar um testemunho, Sr. Presidente, que justamente no dia da votação do *Escola sem Partido* um cidadão ali das galerias me mandou calar a boca, esse cidadão hoje em dia é Vereador de Curitiba e o senhor prontamente, no ato, ordenou que a segurança o retirasse daqui. Então, não foi uma defesa de quem era pró ou de quem era contra o Projeto, mas uma defesa da Casa. Então, faço aqui esta reverência à sua postura. Prezados Deputados e Deputadas, quero registrar aqui, iniciar a minha fala com o registro do falecimento de um paranaense ilustre, o artista gráfico Elifas Andreato, que morreu em São Paulo na semana passada aos 76 anos. Elifas tinha mais de 40 anos de carreira, ficou conhecido principalmente pelas 362 capas de discos que produziu, principalmente, nos anos 70, de artistas como Chico Buarque de Holanda, Elis Regina, Adoniran Barbosa, Paulinho da Viola, Martinho da Vila, Toquinho e Vinicius de Moraes. Deputado Marcio Nunes, Elifas é nascido em Rolândia, então, mais um filho aqui do Paraná que nos deixa. Faremos também um voto de pesar. Vou pedir o apoio de todos da nossa Comissão de Cultura também. Falando ainda de cultura, nosso Presidente, Deputado Guto Silva, Deputado Boca Aberta e outros Deputados estamos trabalhando ativamente para dar mais esperança à cultura paranaense. No ano passado, todos os senhores e senhoras foram responsáveis por um aporte histórico, para o orçamento da cultura, que era de R\$ 82 milhões e com a votação, aqui, da Lei Orçamentária e aprovação e sanção pelo Governador do Estado, o orçamento da cultura para este ano ficou R\$ 182 milhões, um acréscimo substantivo. Estamos aqui na nossa Comissão, Deputado Plauto, indicando ao Governo quais são as áreas prioritárias, em conversa com os gestores, para que esse orçamento que está no papel seja concretizado. Quero parabenizar, Deputado Guto Silva, pelo empenho, pelo diálogo, pela construção, mesmo sendo um Deputado da Oposição. Aqui, reafirmando esse papel da Oposição, que é, sim, o papel de fiscalizar e de cobrar, estamos tendo uma postura construtiva. Então, falamos no ano passado que a cultura merece mais, é isso o que defendemos

mais orçamento. Curitiba está vivendo um ar de cultura. Temos aqui o Festival de Teatro acontecendo, um festival histórico tão importante, mas temos que pensar a cultura em todo o Estado do Paraná. Os equipamentos da cultura, do Governo, não podem ficar centralizados na capital. Temos que ter esse olhar para todo o Estado. Quero dar as boas-vindas, aqui, aos Parlamentares que chegaram à Casa, voltaram. O Deputado Marcel volta como Líder do Governo, o meu respeito. O Deputado Marcio Nunes também, temos as nossas divergências e, aqui, é o espaço da divergência. Fico feliz que o senhor esteja aqui e creio que irá integrar também a Comissão de Meio Ambiente. Então, esse é o papel, Deputado Tadeu, estamos aqui não para termos uma postura homogênea e dizermos que vamos concordar com tudo. É uma Casa de debate, é uma Casa de conflito e é uma Casa de respeito. Então, meus respeitos, Secretário Marcio Nunes, faremos aqui o bom debate. Quero também uma palavra de respeito a toda a trajetória, dentro do PDT, ao Deputado Nelson Luersen, que nos deixou por escolhas políticas, que a conjuntura, a dificuldade nos traz, mas sempre uma pessoa que muito nos honrou, que me acolheu aqui dentro da Assembleia, acolheu-me no PDT, o Partido Democrático Trabalhista, que integro, que sou líder. Um partido que tem uma história profunda, profundamente, ligada à democracia brasileira. O partido que teve Darci Ribeiro, Abdias do Nascimento, Leonel de Moura Brizola, como suas grandes figuras, Lélia Gonzalez. Estamos aqui para defender esse legado, apontar um futuro promissor da democracia. Não poderia deixar, Deputado Luersen, nesta primeira Sessão, de fazer esse agradecimento público, a nossa compreensão às suas escolhas. Dizer que seguimos sempre juntos pelo povo do Paraná.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO GOURA (PDT): Concedo, sim, Excelência, por favor.

Deputado Nelson Luersen (UNIÃO): Quero agradecer a Vossa Excelência pelas palavras. Dizer que toda mudança de partido é muito difícil. Vim ao PDT há 17 anos, a convite do Ex-Senador Osmar Dias e por ter uma admiração especial pela história do saudoso Leonel de Moura Brizola. Lá no PDT fiz muitos amigos,

ajudamos a construir o partido. Só tenho a agradecer. Agradecer a Vossa Excelência, ao Deputado Gustavo Fruet, agradecer ao nosso Presidente Estadual André Menegotto, ao Presidente Nacional Carlos Lupi, com o qual sempre tivemos um diálogo muito franco, muito aberto. Essa mudança, lógico, faz-se necessária, temos afinidade grande com o Governador Ratinho Junior. Fazemos parte da Base do Governo e optamos por estar em um partido que dê essa sustentação e nos dê um discurso de apoio ao Governador, porque temos recebido também um apoio muito grande por parte dele. Então, fica aqui o meu agradecimento a todos os companheiros do PDT e desejo êxito a todos vocês nesta caminhada. Peço desculpas àqueles a quem frustrei as expectativas, que esperavam que ficasse no PDT, mas é vida que segue e as mudanças às vezes são necessárias. Obrigado, Deputado Goura. Boa sorte.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Nelson. Mais uma vez agradecê-lo e agradecer aqui essa construção. Não é fácil fazer política. Não é fácil estar na política. Todos estamos sabendo aqui que estamos lidando com isso. Por fim, quero abordar dois temas no tempo que me resta. Primeiro, mais um convite importante, na segunda-feira faremos uma Audiência Pública sobre o subsídio dado pelo Governo do Estado ao transporte coletivo, que atualmente é um subsídio exclusivo para a capital paranaense. Os grandes centros metropolitanos do Paraná, Deputada Mabel, não recebem um centavo do Governador Ratinho Junior para o seu transporte coletivo, mas Curitiba recebe milhões de reais, todos os anos. Quando há uma convergência entre o Palácio Iguaçu com o Palácio 29 de Março, esse subsídio aparece e os empresários do transporte coletivo de Curitiba agradecem muito esse benefício, que a Capital recebe. Então, queremos, aqui, lembro de que o Projeto de Lei protocolado com o apoio de vários Parlamentares, um subsídio isonômico, um subsídio regrado por lei, um subsídio que fortaleça o papel do transporte coletivo nas nossas cidades. Então, segunda-feira de manhã, todos convidados para essa Audiência Pública, Deputado Homero. Será feita de forma *on-line*. Importante debate para Maringá, Apucarana, Londrina, Cascavel, Deputado Marcio Pacheco, que também é coautor do Projeto. Quero, por fim, Sr. Presidente, se estamos, aqui, hoje, neste Plenário, todos

reunidos com as galerias, meus respeitos a todos os cidadãos que se encontram nas galerias da Alep, se estamos aqui reunidos, tem uma causa, senhoras e senhores. A causa chama-se vacina contra a Covid. Essa vacina não é, conforme alguns falam e mandam pelo *WhatsApp*, uma vacina experimental, que somos feitos de cobaias. Essa é uma vacina que funcionou, Deputado Requião. É graças à vacina, graças à Ciência, graças ao SUS, Deputado Michele Caputo, que estamos, aqui, hoje, sem máscaras, podendo nos reunir. É uma alegria, Deputado, podermos fazer política dessa forma. Estava muito estranho, nós apenas atrás da tela debatendo Projetos de Lei. Então, com todas as dificuldades, senhoras e senhores, com todos os problemas, Deputado Gilberto, que a democracia nos traz, é importante reafirmar que é graças à vacina que podemos estar aqui. Adianto o meu voto contrário, meu voto “*não*” como pedetista, ao Projeto que está na Ordem do Dia, que visa uma desinformação. Esse é um Projeto inconstitucional, é um Projeto que se for aprovado, espero que não seja sancionado pelo Governador Ratinho Junior, pelo absurdo que ele é e não tem mais razão de ser. Se a pandemia passou não é por causa do barulho de poucos, é por causa da vacina, é por causa do Sistema Único de Saúde. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Manifestações nas galerias.)

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): *Pela ordem, Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem, Deputado Ricardo Arruda.*

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): É assim, Presidente, acho que é óbvio que a manifestação é popular, tem que ter respeito. A Casa permite que a população veja em silêncio, sem interromper. Isso está no Regimento Interno e concordo. Porém, não é o que ocorre aqui e já ocorreu muito nesta Casa, quando os petistas invadem as galerias e não nos deixam falar, gritam, jogam coisas, invadem o Plenário, quebraram tudo isso aqui. Não vi Deputado Lemos e nem o Deputado Tadeu Veneri falarem nada. Então, a regra é para ambos. Aqui, é o

povo de bem, é o povo de bem, é o povo educado, que está aqui. (Manifestações nas galerias.) O vandalismo quem fez aqui foi o PT.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo, não vamos polemizar, já me posicionei.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não quero polemizar. O povo aqui é de bem, ninguém vai fazer baderna, não.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Já me posicionei, já impus as condições. Não é de agora, Vossa Excelência sabe que quando de outros adventos aqui, de votações, que o próprio Movimento, a APP e seguidores do PT fizeram aqui invasão na Casa, simplesmente deixamos de tramitar mensagens. Também me impus aqui seriamente quando das galerias fazendo afronta aos Sr.^s Deputados. Quero entender que este Projeto..., aliás... Estão cortando o meu som, pelo jeito. Até o Presidente já está sem moral aqui com a equipe! Etse Projeto não é tão polêmico assim para criarmos um factóide. Vamos votar, gente, a maioria decide, não há razão para ficarmos criando aqui fantasia, *cifre em cabeça de cavalo*, vamos votar na sequência, a maioria decide e pronto. Vamos ouvir os dois lados, não tem por que ficarmos polemizando. Peço mais uma vez às galerias o respeito e sejam bem-vindos à Casa sempre.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, boa tarde ao senhor e a todos que acompanham aqui. Bem-vindo público aqui a esta Casa, Casa do povo paranaense. Muito bem-vindos. Presidente, o Brasil, preparei-me hoje para falar sobre a Copel, a nossa empresa de energia elétrica, mas presido o PT, Partido dos Trabalhadores, e face a algumas insinuações e palavras colocadas, vou responder. O Brasil, o mundo teve contabilizado semana passada 660 mil mortes, 30 milhões de casos, só aqui no Brasil. No Paraná, 2 milhões, 420 mil casos, 42 mil mortes. Nem todas as guerras juntas na história da humanidade mataram tanta gente como a Covid. Mas têm uns aqui que em vez de vir debater esse tema, prefere destilar “nove dedos”, bêbado, condenado, ladrão. Como é boa a democracia, você pode falar o que quiser, mas pode ouvir o que não quer. E

desafio o autor dessas palavras, Lula teve no STF 24 processos, ou absolvido ou arquivado, se o senhor tem prova de um deles, se o senhor tem prova de um deles, a omissão é crime, se o senhor tem prova, leve. Faço um desafio, se o senhor provar um, renuncio o meu mandato, se o senhor não provar nenhum, o senhor renuncia o do senhor? Acho que é isso que temos que discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, vou pedir aqui a sua intervenção, estou vendo gente agitada, Deputado Seletti... Deputado não, Chefe da Casa Militar. Determino, se alguém levantar a voz contra um Deputado, por favor, educadamente, retire das galerias.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Depois o senhor restitui o meu tempo, Presidente. Cobrança de propina, suposta propina para comprar vacina; cobrança milionária nos valores da Cloroquina; superfaturamento indicados pela polícia; orçamento secreto de 3 bilhões; mansão para o Flavinho de 6 milhões e a família; Ministro do Meio Ambiente em 2001 interferiu na apreensão de madeira; Ministro da Educação, quarto Ministro, liberação de recursos a troco de ouro a alguns pastores. Claro que a maioria dos pastores são gente de bem, e como em outros lugares aparecem pessoas que estão envolvidas em coisas erradas, em todos os lugares existe isso, mas estou me referindo especialmente ao Airtton Moura e ao Gilmar Santos, que estão sendo colocados em exposição. Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, desvios de recursos para “candidaturas laranjas” no ano de 2018. Suspeita de faturamento de ônibus. Olha, se esse é o Governo da honestidade, ainda bem que estou do lado contrário dele, ainda bem. Isso não representa o povo brasileiro. *Fake news* a dar com gosto, mentira *a dar com pau*, mas a verdade está na prateleira do supermercado, no preço da carne, no preço do arroz, nos R\$ 8,00 da gasolina. O povo não é mais tonto não, não vai cair nessa historinha, e é por isso que o Presidente Lula lidera qualquer pesquisa que tem neste País. E é nesse sentido, de esclarecimento da verdade, de esclarecimento da verdade, que temos que jogar esse jogo democrático. Acho que passamos do ponto ao proferir palavras de baixo calão e insinuação grosseira.

Isso não é desta Casa. Esta Casa tem que se preocupar com o Estado do Paraná. O senhor quer um aparte, Deputado Maurício? Por favor.

Deputado Requião Filho (PT): Deputado Arilson, a minha avó não era mãe do Romanelli, mas ela me dava bons conselhos. E minha avó me contou um dia uma história de uma senhora de muita fé. Diante de uma enchente, Presidente Traiano, que tomava conta de sua cidade, a água começava a subir do rio e batia à porta de sua casa. Chegou um senhor em uma camionete e falou: *Senhora, vamos que a água está chegando, o rio está subindo*. E ela disse: *Não, tenho fé, meu Deus vai me salvar*. A água continuou subindo, Presidente, chegou à janela da senhora, e ela já, em cima da mesa da sala, vê lá fora um homem em uma canoa, e ele fala: *Senhora, vamos, a água está subindo*. E ela responde educadamente ao homem: *Não, meu querido, pode deixar, meu Deus vai me salvar*. A água continua a subir, chega ao telhado, ela já em cima do telhado da casa, aquela tempestade, água arrastando carros, derrubando árvores, passa um bote dos bombeiros e tentam resgatar a senhora, e ela diz: *Não, meus filhos, o meu Deus vai me salvar*. A água cobre a casa dela, ela em cima da chaminé da casa, chega um helicóptero da polícia tentando resgatar a senhora, e ela diz: *Não, meus filhos, o meu Deus vai me salvar*, e recusa o salvamento no helicóptero. Ela vem a falecer e nos portões do céu encontra o nosso senhor, e fala: *Meu Senhor, dediquei tanta fé ao Senhor, acreditei tanto no Senhor, o Senhor não me salvou*. No que Deus, em sua sabedoria, olhou para ela e disse, Deputado Arilson. *Mandei-lhe uma camionete, mandei-lhe uma canoa, mandei-lhe um barco e mandei-lhe um helicóptero e a senhora não me deixou ajudá-la*. Imagino, Deputado Arilson, o pessoal que é contra a vacina. Se por acaso acometidos de Covid, chegarem ao céu, perguntando: *Meus Deus, o Senhor não me salvou?* Ao que ele lhes responderá: *Dei-lhe AstraZeneca, encaminhei-lhe a Pfizer, encaminhei-lhe a Coronavac e a Janssen, é impossível ajudar quem não quer ajuda*.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Muito bem, Deputado Maurício. E é nesse sentido que temos que fazer a discussão. Não vou fazer aqui a fala mais da Copel, até porque o tema que nos embute neste momento aqui é a discussão do

Projeto de proibição ao passaporte sanitário. Primeiro que não existe nenhuma lei no Estado que obriga a ter passaporte sanitário, não existe nenhum documento com o nome no Paraná chamado passaporte solitário. O Projeto que institui a apresentação de comprovante de vacinação é de minha autoria, está parado na CCJ. Por entender a situação epidemiológica do momento e ver que não é necessário que ele seja instituído, vou pedir a baixa do Projeto lá na CCJ. Sabe por quê? Porque a situação mudou, hoje a condição epidemiológica é outra. Agora, não podemos construir uma lei que impeça a cobrança, ou melhor, a apresentação do comprovante de vacinação, que é uma medida restritiva, é uma medida que ajuda a se controlar a pandemia. Hoje, prevendo que no futuro, caso estoure um processo como está na China neste momento, como está em alguma parte da Europa, proibir uma medida sanitária recomendada por instituições de renome. Hoje, Deputado Michele Caputo, consultei alguns médicos infectologistas e pneumologistas do Paraná, que confirmaram para mim que atualmente não identificam a exigência de comprovante de vacinação. O Tribunal de Justiça é um exemplo que revogou a ação que tinha por entender a condição epidemiológica que existe no momento. A questão se transformou aqui na Casa em uma bandeira ideológica e não epidemiológica. A questão aqui está mais para curtir de *like* do que necessidade. A nossa responsabilidade é pela legalidade, mas principalmente pela saúde coletiva. No momento não precisamos nem aprovar o passaporte e nem proibir o passaporte, no momento precisamos ter prudência e deixar que autoridade sanitária competente se manifeste, porque no momento que precisava ter, não teve, agora que não precisa ter, querem proibir uma coisa que não existe. Que raio controverso que é esse que domina esse ambiente? É a pressão? Não me intimido por pressão, seja na rede social, seja presencial, sempre fiz política com “P” maiúsculo, e ouço todos, inclusive eles que estão aqui com o direito deles de se manifestarem e colocar a opinião deles. Tenho opinião contrária, simples, mas não vou desrespeitar ninguém. Acho que o momento tem que ser condicionado à autoridade sanitária. A Secretaria de Estado da Saúde é a maior autoridade sanitária do Estado. Aqui, esta Casa, aprovou a lei do uso de máscara. Aqui esta Casa revogou, acabou com a lei do uso de máscara. Para que esta

Casa vai se envolver em um momento em que as condições epidemiológicas não exigem sequer o uso da máscara em alguns locais e nem esse cuidado em apresentação de vacinação? Esta Casa está sendo imprudente. E só falta aqui virmos a esta Casa e fazer a *Lei do Corona Day*, o dia que fizemos leis a favor do corona e contra o povo e proibindo, inclusive, que autoridade sanitária faça o trabalho correto. Não quero fazer parte disso. Não quero que meu filho, o meu neto, quando eu tiver, saibam que participei de uma situação dessa. É um absurdo jurídico e inconstitucional. E aqui a Oposição, caso derrotada, que é natural do processo democrático, entendemos a lei inconstitucional e vamos recorrer ao órgão jurídico competente. Por isso, o voto da Oposição hoje é “*não*” ao Projeto, respeitando... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, para concluir, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... respeitando, claro, a opinião dos outros Parlamentares. Acho que o Governo Estadual, e aqui quero saudar o Michele Caputo, que é o novo Líder do Governo, um ótimo Parlamentar, opa, Marcel Micheletto, desculpe, porque o Governo deveria liberar a sua Base, para sua base exercer o direito de manifestação, sem tem uma posição do Governo, porque a questão de saúde pública é uma questão de todos e não do posicionamento político. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Último orador, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Bom, meu Presidente Traiano, a minha saudação a você, ao nosso 1.º Vice-Presidente, a nossa Mesa Diretiva. Quero aqui também fazer uma saudação muito especial a todos os nossos Deputados e Deputadas. Hoje é um momento importante para todos nós. Estamos voltando a esta Casa de forma presencial. Fiquei longe deste momento tão decisivo dos dias do nosso Estado do Paraná, por meio das votações e dos momentos que passamos aqui dentro, porque vivemos em uma democracia, do

confronto das ideias. Nessa volta, vemos que todos estão inflamados, com vontade de dar a sua opinião, de trazer a sua sugestão, mas volto para esta Casa muito feliz, honrado e com o desafio de assumir a Liderança do Governo. Quero aqui agradecer imensamente ao Governador Ratinho Junior por acreditar no nosso trabalho, nas nossas contribuições. Sou Deputado de primeiro mandato. Fui Prefeito por duas vezes, renunciei o cargo de Prefeito por acreditar nesse projeto que temos, liderado pelo nosso Governador Ratinho Junior, de fazer um Governo inovador, moderno, ágil e, acima de tudo, de muita eficiência. E tive a honra de ficar aqui um ano e meio e o Governador me convidar para ser Secretário da Administração e Previdência do Estado do Paraná do seu Governo, para que pudéssemos, e creio que entreguei aquilo que o Governador desejava, fazer uma Secretaria de muita eficiência, de muita transparência, de economicidade e dando resultado para outras Secretarias, que são Secretarias fins, como a do meu amigo Marcio Nunes, que fez uma grande revolução, por meio de seu dinamismo, entregando os grandes resultados que a Sedest fez. E aqui também a minha saudação ao Guto Silva, que foi o nosso Chefe da Casa Civil e que também introduziu a sua forma de trabalhar, de negociações e nós três estamos voltando a Casa. Mas dizer a todos vocês que, na passagem que tive aqui de um ano e meio, mais ouvi do que subi aqui a esta tribuna, foram poucas as vezes. Eu que sou um defensor do municipalismo, tomei as minhas devidas conclusões quando tivemos aqui Audiência Pública e os meus posicionamentos e poucas vezes tive alguma interferência nas posições do Governo e nas decisões da nossa Casa. E agora tenho essa missão de assumir a Liderança do Governo com pessoas muito mais experientes do que eu e que já estão nesta Casa há muito tempo, mas com a certeza de que temos uma base sólida, uma base que defende o Governo, que sabe do quanto é importante encaminharmos juntos, continuarmos juntos no mesmo caminho de progresso e de olhar para frente. Por isso que venho aqui hoje agradecer ao Governador por ter acreditado no nosso trabalho como Deputado no início e como Secretário e vir aqui liderar tantas pessoas, tantas personalidades importantes desta Casa. Mas quero dizer, Presidente...

Deputado Evandro Araújo (PSD) Deputado Marcel, um aparte, por favor?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Sem problemas.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Marcel, quero lhe dar as boas-vindas nesta missão nova de Líder do Governo. Dizer que conheço Vossa Excelência de perto, conheço suas qualidades, sua capacidade de diálogo, sua capacidade de ouvir. Assim como o Deputado Hussein que exercitou isso aqui nesta Casa e foi um Deputado diligente, cuidadoso para respeitar o contraditório, inclusive entendendo e achando uma metodologia com a sua assessoria para poder responder aos requerimentos, não tenho dúvida de que V.Ex.^a também fará o mesmo, pela pessoa que é, pela qualidade de moral que tem, mas também pelo ser humano que é. É uma pessoa muito fácil de conversar. Podemos ter divergências, mas V.Ex.^a é essa pessoa que tem capacidade intelectual, capacidade política de lidar com os contraditórios e chega aqui em uma posição, em minha opinião, muito favorável. Então, meus cumprimentos. Creio que em nome dos colegas aqui lhe dou as boas-vindas, porque acredito que V.Ex.^a fará um grande trabalho como Líder. Seja bem-vindo.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Agradeço, Evandro. Você sabe também do meu carinho e por tantas oportunidades que você me deu aqui na Casa e, por meio do seu empenho, do seu trabalho, de você desenvolver. Quero aqui dizer a todos que é legítimo fazermos o contraditório, fazer o contraponto. É importante a nossa oposição. Tive aqui uma conversa com o Arilson. Já tive alguns encaminhamentos de Projetos de Lei, com alguns Parlamentares da própria Oposição. Acho que a nossa tratativa aqui será muito republicana, de forma ordeira, responsável, mas, acima de tudo, preciso fazer os encaminhamentos do nosso Governo e do nosso Governador Ratinho Junior. É essa minha posição. Tenho minhas convicções também pessoais e creio que vamos seguir os trabalhos que o próprio Hussein fez, na maneira dele, com seu jeito próprio. Também tenho as minhas convicções, a minha maneira de trabalhar e, com muito respeito, vamos encaminhar aquilo que vejo que é de interesse do Paraná e interesse do nosso Governo. Lógico que farei aqui, pontualmente, aquilo que é de convicção nossa do Governo, das obras, das obras estruturantes,

daquilo que o Governo do Estado do Paraná vem fazendo, mesmo com todas as dificuldades que tivemos, hídricas, sociais, sanitárias e econômicas, o Governo do Estado encaminhou muitas coisas que foram interessantes, que foram importantes e que geraram muitos empregos, oportunidade de novas empresas virem para o Estado do Paraná e as minhas convicções. Creio que vamos aqui, de forma muito republicana, ouvindo os nossos pares, fazer com que essa Liderança possa encaminhar aquilo que o Governo deseja.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Um aparte, Deputado?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Oi, Pacheco.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Deputado Marcel Micheletto, quero cumprimentá-lo por essa nova missão que o Governador atribui a Vossa Excelência. Dizer que confio firmemente que V.Ex.^a desenvolverá esse trabalho com grande maestria, como tem feito como Parlamentar, como Secretário da Administração e retorna a esta Casa. Fiquei feliz quando fiquei sabendo que V.Ex.^a que teria esse encargo aqui na Assembleia Legislativa. Além de grande Parlamentar, temos ainda a honra de saber que V.Ex.^a também é filho da nossa região Oeste do Paraná, que antes estava aqui com a Vice-Liderança do nosso Deputado Gugu Bueno, e V.Ex.^a vai com certeza dar aí uma continuidade sem dúvida muito produtiva. Quero que V.Ex.^a conte com o meu apoio, conte com o nosso apoio no que estiver ao nosso alcance em ajudar para continuarmos dando segurança aos projetos do Governo, aos projetos encaminhados por V.Ex.^a. Pode contar com o nosso apoio.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Eu que agradeço, Pacheco. Você sabe que é um grande amigo, parceiro e que também tem colaborado muito com esta Casa. Para finalizar, Presidente, agradeço imensamente. Quero a paciência dos meus pares, principalmente na questão regimental, mas com a assessoria que temos da Casa creio que vamos avançar. Dizer à Oposição que quero fazer aqui uma Liderança muito respeitosa. Vamos fazer os embates que são necessários. Vivemos em uma Casa plural, o contraponto é importante, ainda mais agora de

forma presencial se aclama ainda mais essa discussão, mas dizer que fico feliz de voltar a esta Casa com a responsabilidade de atuar como Líder aqui do Governo. E, lógico, se for necessário, na plenitude exerceremos a força da Base nas votações. E dizer a vocês também, principalmente que estão aqui chegando por uma opinião que vocês tenham, também tenho a minha opinião própria. Como Deputado desta Casa, voto “*sim*” à não obrigatoriedade do passaporte aqui que estamos passando, o passaporte sanitário. E encaminharei as convicções alinhadas hoje com o Governo. Então, agradeço imensamente, quero dizer a todos vocês que vocês têm um soldado de linha de frente na Liderança e, com certeza vamos continuar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): ... as demandas do Governo do Estado para que possamos continuar olhando para frente. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel, a Mesa Executiva também quer dar as boas-vindas a V.Ex.^a e ao Deputado Marcio, de forma especial a V.Ex.^a pela assunção ao cargo de Líder do Governo. Tenho convicção absoluta de que pela sua bagagem, experiência, apesar de ser o primeiro mandato, mas filho de um grande político, desde criança conviveu com seu pai, tem a experiência necessária para a condução do processo legislativo nesta Casa. E não tenho a menor dúvida de que a escolha foi uma escolha pessoal do Governador, foi uma escolha com certeza acertada e a Mesa Executiva está aqui para também lhe dar o suporte necessário, bem como também dentro daquilo que é prerrogativa da Mesa. E tenho certeza de que V.Ex.^a fará um grande trabalho aqui nesta Casa. Obrigado!

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Eu que agradeço. O senhor me conhece há um bom tempo, sabe das tratativas republicanas que sempre tivemos, e fico feliz de voltar a esta Casa, ainda mais liderando toda essa Base tão solidificada que temos aqui na Assembleia Legislativa. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Coronel Lee (PDC), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT) e Tercílio Turini (PSD) **(48 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:** Anibelli Neto (MDB), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Soldado Adriano José (PP), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) **(6 parlamentares).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 119/2022, do Deputado Tadeu Veneri, que institui a criação do Polo de Produção da Agricultura Familiar, Agroecológica e Orgânica do Sudoeste do Estado do Paraná e dá outras

providências; **Autuado sob o nº 120/2022**, do Deputado Guto Silva, que concede o título de Capital Estadual do Surf ao município de Matinhos; **Autuado sob o nº 121/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação pela Paz Anibal Andraus, com sede do município de Wenceslau Braz; **Autuado sob o nº 122/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Vida Nova, com sede no município de Cornélio Procópio; **Autuado sob o nº 123/2022**, do Deputado Guto Silva, que institui o chamamento público para obtenção de patrocínio privado às Políticas Públicas Culturais e dá outras providências; **Autuado sob o nº 124/2022**, do Deputado Guto Silva, que altera a Lei n.º 19.130, de 25 de setembro de 2017, que institui a diária especial por atividade extrajornada voluntária, a gratificação intramuros e adota outras providências.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos duas Redações Finais. Vamos à votação simbólica.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redação Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 659/2019, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que dispõe sobre a doação de milhas e outros benefícios provenientes de passagens aéreas para todos os atletas e paratletas do Estado do Paraná e dá outras providências.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 458/2021, de autoria do Deputado Michele Caputo, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Paranaense de Equoterapia e Inclusão Equestre, com sede no município de Ponta Grossa.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 67/2022, de autoria do Deputado Tião Medeiros, que estabelecem diretrizes e critérios para o licenciamento, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários e industriais e para o gerenciamento de resíduos sólidos, contemplando as atividades de transporte, coleta, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, visando ao controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Regime de urgência. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Goura, Requião Filho, Arilson Chiorato, Professor Lemos, e Luciana Rafagnin.) O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 8/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de outubro de 2021. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Votando. Como indicam o voto os Líderes? Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Situação vota “*sim*” também. Peço a todos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Começou bem, Líder.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Estou aprendendo, gente. Vocês me ajudem. Você também, Arilson.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Preciso de ajuda para votar aqui. Cadê a menina que ajuda no Plenário, Traiano? Estou precisando de ajuda aqui. Vem cá. Vem aqui me ajudar. Pode ser você mesmo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Preciso da assessoria para ajudar o Deputado Marcio. Está chegando agora. É só com os universitários aí agora.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Deu aqui. Apareceu o meu voto lá ou não?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, ok. Deputado Marcio também ok. Ainda pendentes os votos dos Deputados Boca Aberta Junior, Francisco Bühler e Nelson Justus. Nelson Justus votou. Francisco Bühler está votando. Jonas Guimarães também. Só falta o Francisco Bühler. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhler, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (47 Deputados);* **Não votaram:** *Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (7 Deputados).*] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 8/2022.**

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 655/2021, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda, Delegado Fernando Martins, Coronel Lee, Soldado Fruet, Delegado Jacovós e Gilberto Ribeiro, que assegura a plena liberdade e o direito de ir e vir em todo território do Estado do Paraná e veda a exigência de passaporte sanitário. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Educação, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Substitutivo Geral da CCJ. O Projeto está em regime de urgência. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para encaminhar.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Romanelli pediu primeiro o encaminhamento, Deputado. Na sequência, V.Ex.^a.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Eu também, Deputado Ricardo Arruda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Se alguém mais for encaminhar, por favor, peço que solicite o registro aqui. Deputado Plauto vai encaminhar?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vou encaminhar também.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Deputado Jacovós para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Michele também? Deputado Arilson.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar a favor, Sr. Presidente.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Jacovós para encaminhar a favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): São cinco a favor e cinco contra e não informaram ainda... Deputado Marcio Pacheco a favor, Ricardo Arruda a favor, Jacovós a favor, ainda temos duas... Plauto a favor? Deputado Homero a favor. Os cinco já estão inscritos.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente... Senhor Presidente, *pela ordem*. Deputado Romanelli, aqui, Sr. Presidente, só fazendo, acredito que V.Ex.^a mais do que ninguém fará, mas só fazendo a lembrança de que hoje é a constitucionalidade, não é!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Exatamente. A Constitucionalidade, não é o mérito.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Se ele é ou não constitucional.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não é o mérito. Se for fazer o encaminhamento pelo mérito, aí sou obrigado a cortar o encaminhamento. Deputado Romanelli, por favor.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Pois não, Sr. Presidente. Acho que agora é possível poder fazer o encaminhamento, não é? Quero dizer que vou encaminhar contra o Projeto com base naturalmente na minha convicção sobre a constitucionalidade em relação ao Projeto. Entendo que o Projeto é inconstitucional. (Manifestações nas galerias.) Senhor Presidente, acho que se for para ser esse nível de discussão aqui, honestamente, acho que espero que... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Olha, qualquer manifestação, já determinei... Por favor...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, todos sabemos que o País atravessa ainda uma pandemia, que é uma crise de saúde pública sem precedentes na nossa história. Esta Casa até o dia de hoje, inclusive, viveu em um sistema híbrido, parcela dos Parlamentares trabalhando de forma remota, servidores em teletrabalho, hoje, dia 4 de abril, é o primeiro dia que todos estamos trabalhando aqui de forma presencial e quero dizer que isso se deve fundamentalmente aos esforços feitos por toda a sociedade brasileira para que pudéssemos, depois que os cientistas tivessem trabalhado, com o advento da vacinação, que foi de grande aderência por parte da população brasileira e paranaense especialmente, pudéssemos controlar a pandemia. Ainda há pouco aqui analisava a situação todo que o País ainda vive da crise econômica e inclusive via em um grupo de *WhatsApp* dos Deputados que integram a Base a preocupação de muitos Parlamentares externada pelo surgimento de uma nova variante, que seria uma variante piorada, mortal, surgida na China novamente. O fato concreto é que não podemos ser contraditórios, ou somos favoráveis à vacina e ao estímulo que a vacina seja aplicada em todas as pessoas, ou então efetivamente temos que fazer uma opção daquilo que acreditamos. Por outro lado,

este Projeto, todos sabemos, traz de forma subjacente aquilo que sempre pretendeu o legislador, inclusive quando o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional uma medida provisória que resultou na Lei n.º 13.979/2020, foi justamente para a adoção de medidas de enfrentamento à pandemia, e este Projeto de Lei, senhoras e senhores, vem justamente de encontro, de encontro ao que preceitua o art. 3.º, III, alínea “d” da Lei n.º 13.979, porque essa lei elenca a vacinação compulsória como artifício para o enfrentamento da pandemia e ainda no §4.º preconiza a obrigatoriedade de a população adotar as medidas a fim de tornar o combate à pandemia efetivo. Essa é a lei de fevereiro de 2020. Muito bem, senhoras e senhores, contra essa lei muitos se insurgiram e o Supremo Tribunal Federal decidiu fazer do julgamento em sede de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, ele deu uma interpretação conforme a Constituição em relação ao art. 3.º, esse que acabei de referenciar, de maneira a estabelecer que a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, por exigir sempre o consentimento do usuário, podendo contudo ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, entre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou a frequência a determinados lugares, desde que previstas em lei ou dela decorrentes. Muito bem, senhoras e senhores, a lei a que nos referimos e que se refere o STF é justamente a Lei n.º 13.979/2020, logo, os estados, municípios, empresas e instituições podem, sim, adotar medidas restritivas, é o que está pacificado no entendimento da Suprema Corte Brasileira. Ao mesmo tempo, considerou que ao julgar e fixar o tema n.º 1.103 da repercussão geral, o STF assentou o entendimento de que, embora a liberdade de consciência seja protegida constitucionalmente, art. 5.º, VI e VII da Constituição Federal, esse direito não é absoluto e há de ser ponderado com o direito de defesa da vida e da saúde de todos, art. 5.º e 196 da Constituição Federal, bem como a proteção prioritária da criança e do adolescente, art. 277, determinando que os pais submetessem o filho menor à vacinação. Ou seja, a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal é que é constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio da vacina que, registrada em órgão de vigilância sanitária, tenha sido incluída no Plano Nacional de Imunizações. Portanto, senhoras e senhores, o que

quero dizer é que, como substrato desse movimento, porque aqui não estamos votando a criação de nenhum passaporte sanitário, ao contrário, estamos dando liberdade para que empresas e instituições estabeleçam critérios e a grande parte das empresas, talvez os senhores não saibam, mas desde a reforma trabalhista, em 2017, no Governo Temer, as empresas deixaram de ter o benefício do auxílio-doença pelos primeiros 30 dias – quem paga o salário do empregado doente é a empresa durante os primeiros 30 dias, depois é o INSS. A maior parte da indústria no Paraná, a indústria e muitas grandes corporações hoje exigem que os seus empregados, para continuar trabalhando ou para serem contratados, elas exigem, as empresas exigem, muitas empresas exigem o certificado de vacinação completo, do ciclo vacinal completo. Essa é uma forma de a empresa se defender justamente da ausência do seu empregado, da sua força de trabalho, o que causa um prejuízo econômico e uma descontinuidade na linha de produção – não só no Paraná, mas no Brasil inteiro se adota essa metodologia e outras instituições também o fazem. Portanto, não há de se falar em direito individual, ele não pode nunca superar o direito coletivo no caso que é um bem de todos nós, que é a saúde, que é a vida. E todos aqui sabemos da importância das medidas que sempre adotamos aqui na Assembleia Legislativa, por isso quero apelar ao bom senso das senhoras e dos senhores para que votem contra o Projeto e entendo inclusive que este Projeto, por mais que alguns desejem, não subsistirá à análise de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, porque já está declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Não sobreviverá, este Projeto. Por isso, trata-se de uma medida que respeito os autores pelas suas convicções, mas uma medida que na verdade é contrária ao interesse da saúde da população paranaense e brasileira, se me permitem dizer assim. Por isso peço que reflitam com suas consciências e votem contra a constitucionalidade do Projeto. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra agora o Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^s Deputadas e todos os muitos milhares de amigos que nos acompanham de casa e também todos vocês que nos dão a honra da presença aqui nesta Casa, nesta tarde. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa. (Aplausos.) E podem bater palmas. Aliás, quero fazer um cumprimento ao Presidente Ademar Traiano, que foi muito importante para que este Projeto estivesse hoje na pauta da Assembleia Legislativa. Muito importante, diga-se de passagem. Mas quero também fazer uma deferência, uma consideração, porque é o seguinte, ser vaiado e ser aplaudido fazer parte da vida do homem público. Portanto, hoje talvez serei aplaudido, mas no dia em que for vaiado vou aceitar ser vaiado também sem ficar chorando as minguas. Então, assim, não pode ofender, mas vaiar ou aplaudir é um direito democrático de quem está na vida pública de receber. (Aplausos.) Então, aqui da minha parte fica este entendimento. Estamos discutindo hoje, Sr.^s Deputados, quero falar de maneira muito especial para os senhores, embora com todo o respeito a quem nos acompanha de casa, para, dentro das minhas concepções, trazer aos senhores absoluta tranquilidade sobre a constitucionalidade do Projeto. E não sou só eu quem digo isso. O Projeto tramitou, Deputado Gilson, pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que é composta por 13 Deputados, da qual inclusive tenho a honra de ser o Vice-Presidente. Uma Comissão formada por homens preparados juridicamente e na Comissão de Constituição e Justiça o Projeto teve 10 votos favoráveis, apenas 2 contrários, que aí temos até dúvidas sobre se foram votos pela constitucionalidade ou pela concepção ideológica em relação ao Projeto. Então, ou seja, temos 10 Deputados que entendem também da constitucionalidade do Projeto. Tive a honra de ser o relator dessa matéria na Comissão de Constituição e Justiça. Depois, foi para a Comissão de Saúde, o Presidente Deputado Batista está aqui nos acompanhando e outras Comissões, foram cinco Comissões aprovadas. Cinco Comissões e nas cinco Comissões aprovadas, Comissões de mérito. Senhores Deputados, com todo o respeito ao Deputado Romanelli que, aliás, mandou-me mensagem hoje pedindo o meu voto. Falei, olhe, não conte comigo, naturalmente. Sou a favor do Projeto, ajudamos a pensar o Projeto. Depois, na CCJ, com o

Deputado Ricardo Arruda e com outros Deputados, assinaram o Projeto. Não assinamos, inclusive, porque sabíamos que não poderíamos ser relatores se tivéssemos assinado e até houve um questionamento indevido, mas, enfim, que foi superado também. Mas o Deputado Homero, construímos depois um substitutivo geral que é o que será votado, hoje, para dar mais segurança ainda que estamos tratando de passaporte sanitário, contra a Covid. E contra a Covid não existe lei no Brasil que obrigue a vacinação. Não existe lei e desafio qualquer pessoa a provar que existe lei no Brasil obrigando a vacinação. Não está sequer incluída no Plano Nacional de Imunizações. Portanto, a argumentação que o Ministério Público está utilizando neste momento, para não recomendar, está pressionando, está pressionando os pais, ameaçando, inclusive, de processá-los, ameaçando de possível perda do pátrio poder, o que é um absurdo sem tamanho, sem precedência. O que vamos fazer nesta tarde, com a aprovação desse Projeto de Lei, que com a graça de Deus será sancionado pelo Governador e será mantido no Tribunal de Justiça, porque o Projeto é constitucional. Quando o Supremo Tribunal Federal na ADI-6587 deu o direito aos Estados, Deputado Marcel Micheletto, que nos honra com a Liderança do Governo e deu autonomia para os municípios também de legislar sobre essa matéria, é evidente que deu o direito para as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores legislar sobre essa matéria. Como assim, então, cada Prefeito pode fazer o que quiser, fechar o que quiser, impor um monte de coisa por decreto e as Câmaras e Assembleias não podem fazer? Quando nessa ADI, o Supremo Tribunal Federal fala o seguinte, que a vacinação compulsória está prevista, inclusive, na Lei n.º 13.979. Ele fala o seguinte, que vacinação compulsória não significa vacinação forçada, portanto, ninguém pode ser obrigado a submeter à vacina. Poderia, inclusive, haver alguns casos em que as autoridades poderiam cercear alguns direitos, o que é um absurdo, mas o Supremo Tribunal Federal assim entendeu, desde que previstas em lei. Quem é que faz lei no Estado? É a Assembleia Legislativa aqui do Estado do Paraná. Quem é que faz lei nos municípios? São as Câmaras Municipais, não é Prefeito. Disseram que até Prefeitos poderiam fazer decretos, desde houvesse consenso científico. Se há uma pauta que não há

consenso científico no Brasil, neste momento, é essa pauta que envolve a questão da Covid. Portanto, os decretos que são feitos por Prefeitos, esses, sim, são inconstitucionais. A nossa lei é totalmente amparada na constitucionalidade. Quando o nosso 1.º Secretário Deputado Romanelli fala que, esses previstos em lei, é a Lei 19.379 – estou até me equivocando em relação ao número da lei, senão me falha é essa, gente, se fosse essa lei, o Supremo teria dito o seguinte: *Olha, desde que previstas na lei 13.979*. Não teria dito desde que previstas em lei. Portanto, lei é a lei que estamos fazendo aqui na Assembleia Legislativa e que os municípios podem fazer também. A autoridade competente, a autoridade sanitária, para ditar as regras do Brasil em relação à Covid chama-se Ministério da Saúde, podendo até haver competência concorrente com os estados e com os municípios também nas Secretarias, mas o Ministério da Saúde, em nenhum momento, decreta a obrigatoriedade da imposição de vacina no Brasil. Em nenhum momento! Pelo contrário, em relação às crianças, que é o maior absurdo que estamos enfrentando neste momento, diz o seguinte, tanto na nota dois deixa claro no item 9.1, da nota dois, que para haver a vacinação de uma criança, os pais devem estar presentes, para autorizar as vacinações expressamente, consentir, concordar, são os verbos que eles usam. Ora, se o pai tem autoridade para concordar, é por óbvio que ele também tem autoridade para não concordar. Está, mas depois foi feita a nota 10, tem a nota 2 e tem a nota 10. Na nota 10, no item 10.1, mantido o mesmo texto que os pais têm autoridade para concordar e, portanto, tem autoridade para não concordar também. Então, queremos nesta tarde aprovar esse Projeto de Lei, que foi complementado com esse substitutivo geral, que vem de maneira especial para combater os absurdos que estão acontecendo nas universidades paranaenses, por alguns Prefeitos que ainda mantêm decretos e por esses absurdos que estão sendo cometidos, a começar pelo Ministério Público e, depois, vai para o Conselho Tutelar, diretores de escolas, professores, que se acham donos do poder. Quer conhecer um homem? Dê poder a ele. Dê poder a ele. É isso o que está acontecendo quando o Supremo Tribunal Federal diz que reitor tem autonomia. Tem autonomia, mas não tem lei que ampare a ação que eles estão fazendo, então não podem fazer, como o

Ministério Público está fazendo. No nosso Projeto de Lei, de autoria dos Deputados, em que temos essa participação, não será exigida a documentação mencionada no *caput*, ou seja, certidão, esse negócio todo de passaporte sanitário, dentre outros, para matrícula em escola. É isso que os pais estão esperando e é isso que esta Casa, nesta tarde, vai legislar, porque na mesma Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.587, do Supremo Tribunal Federal, diz o seguinte, Deputado Justus, que tem que ser obedecidos também, Deputado Homero, critérios de razoabilidade. Se há uma coisa que não existe, nenhuma razoabilidade, neste momento, Deputado Marcio Nunes, é continuar exigindo o absurdo do passaporte sanitário, que é ineficaz, não impede contaminação, não impede contágio, é segregador, porque gera divisão na sociedade, é burocratizante e inconstitucional a exigência de passaporte sanitário. Então, o que vamos fazer nessa tarde é dar segurança jurídica para a população do Paraná. Somos contra o passaporte sanitário e esta Casa vai se manifestar nesta tarde, totalmente, amparada na constitucionalidade. Peço o voto “*sim*” ao Projeto, Senhor Presidente. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra o Deputado Arilson Chiorato. Deputado Ricardo Arruda, vamos fazer intercalado, porque manda o Regimento. Não. Mas, Arilson, se alguém mais se inscrever para falar contra, temos que respeitar aqui.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Queria pedir a palavra *pela ordem*, Senhor Presidente, apenas para que Vossa Excelência insistisse em que os oradores se ativessem à constitucionalidade, senão vamos ficar mais uma hora e meia, aqui, escutando questões de mérito e, isso, tem que ser feito amanhã ou depois de amanhã, mas hoje não. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Obrigado, Nelson Justus. Então, insistimos com os oradores que hoje é a primeira votação, então é sobre a constitucionalidade. Pediria a compreensão de todos.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o substitutivo geral trata de proibir qualquer exigência de apresentação de comprovante de vacinação, contra a Covid-19, para acesso a estabelecimentos de ensino e outros. O direito constitucional à liberdade, garantia fundamental do artigo 5.º, é tratado de forma deturpada, com o objeto de impor restrições ao poder público e, principalmente, à iniciativa privada, já que prevê, independentemente de avaliação da situação epidemiológica, a restrição a qualquer ato de gestão para contenção de proliferação da contaminação da Covid-19. Estão tratando o direito à liberdade, no inciso II, como se a pessoa residisse sozinha e não em uma sociedade. Retira do Secretário da Saúde e do Governador a competência sobre a gestão do espaço público e da política de saúde. É muito fácil para o Governador e para o Secretário deixarem de atuar em situações urgentes, se é uma amarra transformada em lei como essa. A exigência do comprovante de vacinação justifica-se pela denominada importância epidemiológica. Quem avalia a importância epidemiológica é a autoridade sanitária, é a Secretaria da Saúde. Os estudos epidemiológicos são determinantes para o acompanhamento ao Covid, fornecem dados aos órgãos de saúde, permitindo caracterizar a doença e realizar as associações com perfil de transmissão ou transmissibilidade. A justificativa apresentada ainda de 600 mil crianças e de jovens com menos de 17 anos, que não foram vacinados no Paraná, parecer da Comissão de Fiscalização da Alep, pelo Deputado Homero Marchese, no dia 29/03, que tornaria os pais sujeitos a sanções, porém, as escolas estaduais não estão exigindo comprovantes, esses dados não se aplicam e servem apenas de maneira constrangedora às suas famílias. O Projeto n.º 655/2021, visa que situações de maior perigo de transmissibilidade ou até situações de menor gravidade sejam desconsideradas pelos gestores estaduais, municipais do sistema de saúde, porque vai criar uma norma que impõe e impede a organização política pública no combate ao coronavírus. No tocante à dimensão da norma constitucional, a

inconstitucionalidade de proibir medidas de saúde pública por essa lei é flagrante. Em Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6.341, o STF decidiu que as regras constitucionais não servem apenas para proteger a liberdade individual, mas também o exercício da racionalidade coletiva. Ao julgar e fixar o tema n.º 1.103, de repercussão geral, o STF definiu que embora a liberdade de consciência seja protegida constitucionalmente, art. 5.º, VI e VII da Constituição Federal, esse direito não é absoluto e há de ser ponderado com direito de defesa da vida e da saúde de todos, art. 5.º e 196 da Constituição Federal, bem como a proteção prioritária da criança e do adolescente, art. 277 da Constituição Federal, determinando que os pais submetessem o filho menor à vacinação. No campo da dimensão jurídica trabalhista, a Portaria 620/21, do Ministério do Trabalho e Emprego, tentou proibir empregador de exigir a comprovação de vacinação. Diversas entidades empresariais nacionais se manifestaram contra essa intervenção no livre-arbítrio dos empregadores, como a Fecomércio de vários Estados. Partidos Políticos, dentre eles o PT, o Novo, e outros, propuseram ações no Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade da Portaria. O Supremo Tribunal Federal determinou a suspensão da Portaria do Ministério do Trabalho, ficando novamente autorizada conforme o entendimento anterior. Portanto, essa proibição de exigência de comprovante fere a livre iniciativa e o poder de gestão do empregador, direitos garantidos também pela Constituição da República. No tocante às Universidades e comprovação, observada a autonomia universitária, o Supremo Tribunal Federal, por maioria dos votos favoráveis à autonomia das Universidades Federais, por decidir sobre exigência ou não do comprovante contra a Covid, a fim de que os alunos assistam às aulas de forma presencial, se aprovada a lei, não terá efeito, as universidades têm autonomia universitária constitucional para a gestão do espaço, o que foi ratificado pelo STF. Estão, aqui neste momento, colocando uma lei, mas não vão entregar os seus efeitos, ela será nula, por competência já julgada pelo Supremo Tribunal Federal. A maioria das universidades nem exige mais qualquer comprovação, como a PUC, as Universidades Estaduais, dentre outras. Na dimensão da técnica legislativa, quero finalizar com um debate da pertinência e da precisão do Projeto de Lei, previsto na

Lei Complementar 95/98 de técnica legislativa nesta Casa. A exigência do comprovante de vacinação é tema de lei de autoria do Deputado Doutor Batista, alterada posteriormente por lei do Deputado Tião Medeiros, n.º 19.534/2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de carteira de vacinação no ato da matrícula escolar. Tratar a vacinação contra a Covid em lei separada terá apenas o efeito de confundir os pais, mães e gestores escolares. Após as alterações por decreto estadual e dos municípios, até mesmo as universidades estaduais alteraram o seu regramento e não cobram mais. Os autores do Projeto de Lei não conseguiram, com todo respeito, de forma clara, mostrar o porquê da proibição especialmente até a passagem da última onda grave de vacinação. O que quero colocar é que caso exista nova e generalizada crise pandêmica, o Secretário da Saúde e o Governador terão que pedir permissão para esta Casa para que o ato constitucionalmente inconcebível seja derrubado. Se, na semana que vem, tivermos uma onda da Covid no Estado, tem que esperar a burocracia aqui desta Casa aprovar em três votações e derrubar uma lei, para atender às pessoas, às vítimas e outras coisas mais na saúde pública. Consultando novamente a dimensão técnica legislativa, hoje vários médicos, pneumologistas, infectologistas, confirmaram que não existe cobrança de passaporte, ou de comprovante de vacinação. Aliás, passaporte de vacinação nunca houve no Paraná, não existe um documento, não tem nessa Constituição, não tem nenhuma lei que obriga ter um passaporte, e não existe instituição disso. O que estamos colocando aqui, e já coloquei à disposição, é que não aprovemos esta lei, assim como pedi baixa do passaporte vacinal, que é uma lei minha, um Projeto de Lei, e de outros Parlamentares, que já está na Comissão de Constituição e Justiça. É dever de o Estado entender a situação pandêmica e criar os regulamentos, regulações, atos normativos etc. Esta Casa não tem competência técnica, jurídica e não é constitucional fazer esse ato hoje. O que podemos promover aqui é uma insanidade jurídica, que será corrigida no devido Tribunal de Justiça, ou no STF, ou no STJ, porque essa Oposição vai entrar com processo legal pedindo a sua inconstitucionalidade. Portanto, o voto é “*não*”, e “*não*”, deixar bem claro, o que

está sendo votado aqui é a proibição de um passaporte que não existe. Portanto, é “*não*”, não existe lei que cobre passaporte no Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra o Deputado Ricardo Arruda. Vamos pedir para a galeria não se manifestar, por favor, colaborem conosco, colaborem conosco. Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vamos falar de constitucionalidade. A lei que muitos falaram aqui, a Lei n.º 13.979, de 2020, a qual o Deputado Romanelli leu, ele é advogado, e interpretou da maneira dele, prevê que medidas de enfrentamento, tais como vacinação compulsória, quarentena etc., mas devem ser previstas em lei. Foi determinado pelo STF, sim, que pode haver a vacinação compulsória, desde que tenha a lei, não tem lei que obrigue. Então, quem tem que fazer lei, diferente do que o Deputado Arilson falou, é esta Casa que faz leis, ou esta aqui, ou a Câmara Federal, ou Câmara de Vereadores. Não tem lei, então, esse Projeto é 100% constitucional, temos que ter uma lei que dê a direção aqui no Estado do Paraná. E é uma coisa assim tão, acho que é tão banal o que estamos falando aqui, nenhum lugar do mundo mais pede comprovante de vacinação, gente, isso não serve para nada, não protege ninguém, as pessoas vacinadas, não vacinadas, ambas contraem a doença e transmitem. Isso aí é uma imposição para tirar a liberdade do povo, é controle social, abre um precedente gravíssimo na democracia do Brasil. Temos a garantia constitucional e temos aqui o parecer do STF que nos diz que tem que ter uma lei. Estamos fazendo uma lei, a nossa não é proibindo passaporte sanitário, proíbe também, chame como quiser, proíbe também o comprovante de vacinação. O Plano Nacional de Imunização exige as vacinas para matricular os filhos, que é a BCG, hepatite, são vacinas que estão aí há 20, 30 anos, não é esse experimento, que nem passou pela quarta fase ainda, isso nunca vai entrar no PNI. Gente, não foram concluídas todas as fases da vacina, porém, o nosso Projeto aqui não está debatendo vacina, até porque a grande maioria dos paranaenses já está vacinada, e 80%, 76% dos paranaenses são contra o passaporte de vacina e estão vacinados também. Por que temos que ter um ato aqui? Quando fala aqui, o Deputado Arilson, não tem

obrigatoriedade de passaporte, tem. O senhor não está andando na rua, não está falando com as pessoas, ande no meio do povo, tem gente perdendo o emprego porque não vacinou, tem pais que não pode matricular os filhos porque não tem comprovante de vacina. Tem Promotores, Promotores, que não têm nenhuma autoridade sequer para impor vacinação, estão metendo a caneta, dando ofício em diretor de escola e intimidando levar os pais ao Conselho Tutelar. Conselho Tutelar não tem nenhum direito sobre obrigar pai a vacinar filho da Covid. O nosso País aqui está *de perna para o alto*, culpa do STF, do mau exemplo. Vamos seguir a lei e a Constituição Federal, esse Projeto é 100% constitucional, e uma vez aprovado, como falaram alguns aqui: *Ah, mas quem tem que decidir é a área de saúde*. Sim, leiam o que a Organização Mundial de Saúde diz, que é contra o passaporte sanitário, o Conselho Federal de Medicina é contra o passaporte sanitário. É a saúde falando a respeito do passaporte inútil. Não consigo, a pessoa não entender isso está com algum problema! Qual é o problema? Outro dia perguntei para uma: *A senhora é vacinada? Sim. Tomei três vacinas, tomei reforço, tomei tudo. Está!* Qual o medo de um vacinado ter contato com um não vacinado? Se ele está imune, a vacina é boa, ele confia, ele não tem que ter medo nenhum, não está atrapalhando a vida de ninguém o não vacinado. Gente, tem médicos que orientam, o meu caso aqui fui orientado, após pegar Covid, de não me vacinar, o médico falou: *Não vacine, porque você está imune*. Ora, o Brasil inteiro já está imune, não tem mais cepa complicada aqui não, cepa que vai matar, cepa do demônio, isso aí é fantasia, são narrativas loucas que tem aqui, nesta Casa aparece algumas. Porque a China está... A China não está com cepa forte coisa nenhuma, a China ficou em *lockdown*, todo mundo trancado em casa, quando saíram pegaram Covid. É fato, é o que sempre foi dito aqui, imunização de rebanho, e hoje o Brasil está imunizado, sim. O nosso Projeto, sou favorável e digo que é 100% constitucional e não tem ninguém que derrube esse Projeto após o Governo sancionar, que o Governador também é favorável, e ele responde pelo Estado e responde pelo Secretário da Saúde. O Governador Ratinho Junior é 100% favorável a esse Projeto e vai sancionar imediatamente assim que aprovado aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, com a Constituição na mão, Deputado Delegado Jacovós. O Deputado Ricardo Arruda deu uma viajada para a China, mas tudo bem, demos uma tolerada aqui, não é!

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Quero fazer aqui um apelo aos nobres Deputados que são contra para refletirem, daqui a pouco vamos nos posicionar, vamos votar, e volto a dizer aqui, quem tem a Constituição aí, observe o art. 5.º, II. Agora vou falar com mais calma. Deputado Arilson Chiorato, a assessoria dele foi rápida, que fez um discurso aqui, a assessoria foi lá para buscar argumentos. Então, o que diz o art. 5.º, II? “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei.” Aí vai lá a assessoria competente do Arilson Chiorato dizer que quando o Bernardo Cabral lá, o comunista, que era relator da Constituição de 88, fez passar esse inciso na Constituição, que esse inciso aqui era só para o indivíduo, não vale para o mundo coletivo. Ora, a Constituição é para os indivíduos, é para as pessoas. Então, é só analisar aqui. Agora, caro Deputado Romanelli, preclaro jurista, que respeito muito a sua opinião, Romanelli, mas seria necessário estarmos aqui apresentando Projeto de Lei dizendo que é proibido passaporte sanitário, seja lá o que for, ou um comprovante de vacina? Seria necessário estarmos votando esse Projeto aqui se não tivéssemos Paraná afora, Brasil afora essas pessoas criando por conta própria atitudes restritivas? Como disse bem aqui o Deputado Arruda, é professor, professor Arruda, não é só em universidades não, em colégios ainda os diretores estão ainda solicitando para que sejam matriculados alunos que apresentem o comprovante vacinal. Tem adolescentes e crianças neste Estado que não submeteram a isso e estão sem aulas. Então, não havia necessidade de aqui propormos um Projeto como esse, desde que pessoas não estivessem instituindo essas aberrações aí, e aí não vem o Supremo dar amparo, aí não vem o Supremo dizer que essas aberrações aí que são criadas por algumas pessoas, eles não vêm dizer que isso é inconstitucional. Agora, o nosso Projeto, que é para proibir essas idiotices, aí o nosso Projeto é inconstitucional, aí não vale. Então, aqui como é só constitucionalidade, quero aqui apenas novamente dizer, estou aqui apenas no art. 5.º, II, que é a diretriz maior para que possamos apresentar um

Projeto para combater essas maluquices aí de exigência de vacinação, seja lá o que for, chamamos de passaporte sanitário. Então, o nosso voto é claro, é para que possamos aprovar aqui esse Projeto e parar de uma vez com toda de crianças, adolescentes, deixarem de estudar no Paraná em razão dessas exigências autoritárias, essas excrescências jurídicas. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR.PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo a encaminhar, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, serei breve. O Deputado Romanelli quando leu a ementa do STF sobre o assunto, ao encerrar a leitura ele disse: “Podem ser adotadas medidas que indiretamente levem à vacinação, desde que previstas em lei.” O Supremo Tribunal Federal disse isso. E como bem disse o Deputado Marcio Pacheco, não é a Lei n.º 13.979, é outra lei. Então, o próprio Supremo Tribunal Federal tem a mesma interpretação que estamos defendendo aqui, não é verdade que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que os gestores podem adotar esse tipo de medida, independentemente de lei. O que está acontecendo aqui não é uma discussão tola, não é, é uma discussão muito relevante sobre a liberdade, principalmente sobre a invasão de Poderes na atribuição de outros Poderes, sobre a invasão de gestores na atribuição deste Parlamento. O que é que um conselho universitário com 15, 20 membros, muitos deles de Ciências Sociais, Arquitetura, Filosofia, têm para dizer sobre esse assunto? E é o que está acontecendo no Paraná. Acho que o Deputado Arilson falou que as universidades não estão mais exigindo. Todas as universidades públicas estaduais estão exigindo passaporte sanitário no Paraná, todas elas, com exceção da UTFPR, se não me engano, que é a única que não exigiu. Por que o Ministério Público está passando por cima desta Casa e exigindo e sancionando quase um milhão de pais paranaenses com perda de guarda ou poder familiar? Quem deu a eles o poder para isso? E, aliás, quando fomos levar nossas considerações ao Ministério Público, aliás, essa lei, esse Projeto de Lei também não queríamos estar votando aqui, mas fomos obrigados a fazer isso em

uma reação. Essa lei é uma homenagem aos Promotores que estão forçando esse entendimento no Paraná. É uma homenagem aos conselhos universitários que estão forçando esse entendimento no Paraná. Se não tivessem fazendo isso, não tinha essa reação desse Poder Legislativo, essa que é a grande verdade. Quando fomos levar para eles, para os Promotores, por exemplo, a situação da vacinação de crianças no mundo, eles levaram um choque, porque eles não sabem que a vacinação de crianças no mundo não é uma unanimidade no mundo. Aliás, muito pelo contrário, já comprovei aqui que o Brasil tem um dos maiores índices de vacinação de crianças do mundo. A vantagem de se vacinar leva muito em conta a existência ou não de comorbidade e a idade das pessoas, quanto mais jovem, menor é o benefício esperado pela vacina, e temos que concluir também se o risco não é maior. Por exemplo, a ocorrência de miocardite, não é um evento extraordinário com vacinação, a própria fabricante admite isso na bula. Entrem na internet, digitem lá, bula da vacina, vai estar lá: “É possível que haja casos de miocardite!”. Mesmo assim, diz a fabricante: “Recomendamos a vacinação porque entendemos que no balanço geral vai ter mais miocardite com a infecção do que com a vacina.” Mas quanto tempo se fez esse acompanhamento? A vacina da Pfizer para criança foi aprovado no final de dezembro aqui no Brasil, a da Coronavac no final de janeiro, não existe vacina para baixo de cinco anos no Brasil, a vacina da Coronavac não foi aprovada para menores de cinco anos ainda. Será que um pai não pode ter que escolher, esperar mais um tempo? Será que um pai, por exemplo, não pode esperar a aprovação da Coronavac porque não quer vacinar com vacina de RNA e a criança dele tem cinco anos e ele ainda não quis vacinar? Por que não podemos dar esse tempo para ele? Será que o pai está querendo que o filho corra risco? Acho que a maioria dos pais é como eu, gosta mais do filho do que a si próprio. Será que o Ministério Público gosta mais dos filhos da população paranaense do que seus pais? Não faz sentido. Então, além da prudência, além do respeito à liberdade, além do respeito à Constituição, que diz que somente por Lei se cria direito restringido de dever, queria citar a Lei da Ação Popular, que é a Lei n.º 4.717, que diz o seguinte: “São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior (estão falando

das entidades públicas no Brasil) nos casos de incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência dos motivos e desvio de finalidade”. Essa Lei é tida pela doutrina como a Lei que declara quando um determinado ato administrativo é inválido. E notem só: inexistência dos motivos. Qual é o motivo para exigir passaporte sanitário dentro de uma sala de aula? É proteger aqueles que em tese não estão sujeitos à contaminação porque foram vacinados. Esse é o motivo: impedir contaminação. Quando se demonstra que o vacinado também pega e também transmite esse motivo é inexistente. Portanto, é um ato administrativo inválido e tem que ser retomado. Desvio de finalidade. Qual é a finalidade do passaporte sanitário? Impedir contaminação, mas essa finalidade é indevida porque isso não acontece com a vacinação. A Ômicron já deixou isso claro. Então, no fundo, o que estamos fazendo? Estamos apenas satisfazendo a vontade e o prazer pessoal de algumas pessoas e aí estamos adotando uma medida preconceituosa que precisa cair. O passaporte sanitário, daqui a alguns anos, talvez seja legal, quando tivermos anos de demonstração de que tudo funcionou, de que tudo correu bem, de que não houve efeitos colaterais necessários, aí talvez a vacina seja incluída no Plano Nacional de Imunização e aí o passaporte sanitário seja considerado legal. Por enquanto, não. Não existe previsão legal e não existe a demonstração cabal ainda de que há consenso científico sobre o assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Último orador para encaminhar a favor, Deputado Plauto.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente e, Sr.^s Deputados. Olha, escutei aqui o posicionamento do Deputado Romanelli, do Deputado Arilson, também os Deputados que assinaram este Projeto de Lei, e hoje estamos discutindo a constitucionalidade. Pessoalmente vou deixar as minhas colocações sobre o Projeto para amanhã, que é o mérito, mas quero deixar aqui claro, Sr. Presidente e, Sr.^s Deputados, sou a favor do Projeto de Lei n.º 655 que está em votação na Assembleia Legislativa. Voto a favor hoje e, amanhã, estando ele no Plenário votarei também. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados!

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD): Senhor Presidente, só fazer aqui um registro a pedido dos colegas. A nossa homenagem ao nosso glorioso alviverde paranaense por mais um campeonato estadual, aqui em homenagem à gravata do nosso Líder do Governo. Aliás, causou-me surpresa o Romanelli, que tem o costume de vestir faixas do campeão, não ter vindo com a faixa do campeão estadual paranaense. A nossa saudação ao Coritiba por mais um campeonato estadual.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Deputadas, vou abrir aqui um parêntese para fazer um comentário. Muitas vezes a Mesa Executiva é afrontada por não permitir o ingresso de pessoas nas galerias. Esta Casa é a Casa do Povo, democrática e aberta para o povo. Agora, vejam, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, o perigo que todos corremos. Temos um novo sistema de raios X aqui na Casa. Hoje foram apreendidos: uma espécie de uma faca, que não sei nem como se chama isto aqui. Então, alguém deve ser trazido. Cortador de corda, mas pode furar com certeza. É uma arma de defesa. Um equipamento de choque elétrico e um aparelho de gás. Então, quando tomamos determinadas providências é para a proteção dos Sr.^s Deputados da Casa. Agora estamos aqui com todo cuidado e cautela nesse sentido, com equipamento para impedir que esse tipo de coisa aconteça aqui na Casa. É bom que os senhores saibam desta informação. Estou dando porque a nossa Casa Militar hoje fez a apreensão deste material.

Vamos ao Projeto. Em discussão o Projeto. Já houve discussão e encaminhamento, vamos à votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Bom, aqui, Presidente, quero fazer um apelo à Bancada nossa da Base e quero pela Liderança encaminhar o voto “*sim*”, até porque vários Deputados que temos aqui, não é só apenas o Arruda, mas outros Deputados que são da parte da Base e que vejo que é interessante e necessário para o Governo, e o Governo vota “*sim*”. Peço isso a todos os nossos Deputados da Base.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*não*” e lamenta o Governo tratar de forma... de política governamental uma situação de saúde pública como essa. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Ainda pendentes os votos dos Deputados Arilson. (Manifestações nas galerias.) Deputado Bazana. Por favor... Dr. Batista, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Plauto Miró. Deputado Nelson está votando. Ok. Vamos ao resultado: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Soldado Fruet (35 Deputados);* **Votaram Não:** *Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Michele Caputo, Nereu Moura, Professor Lemos, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (10 Deputados);* **Abstenção:** *Mabel Canto (1 Deputado);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Reichembach, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (8 Deputados).*]
Com 35 votos favoráveis, 10 votos contrários e 1 abstenção, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 655/2021.** (Manifestações nas galerias.)

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 56/2022, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cultural Desportiva Rondonense, com sede no município de Marechal Cândido Rondon. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Votamos “*sim*” também, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, gostaria de pedir um esclarecimento de V.Ex.^a enquanto ocorre a votação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): As pessoas que portavam o gás, a faca e o choque elétrico entraram no recinto?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Acabei de receber do Chefe da Casa Militar e não tenho nem conhecimento de quem estava de posse, mas vamos levantar e responsabilizá-los.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Gostaria de sugerir que as pessoas que forem encontradas com esses equipamentos não adentrassem ao recinto. Não deixarmos adentrar ao recinto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, acho que realmente tirar a pessoa que está portando uma arma dessa aí tudo bem, mas pode ser uma arma de defesa para quem anda na rua. Não pode entrar na Casa, mas não tem nada a ver, não é crime nenhum. Isso aí o cara pode ter.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Mas não pode...

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não, concordo. Concorde que tire, não deixe entrar na Casa, mas não tem nenhum crime a pessoa andar na rua e se defender no mundo em que vivemos cheio de marginais hoje em dia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Quem vem para um ambiente público, Deputado, perdoe-me, em um ambiente público como este, vem mal intencionado com o que traz junto, não é para sua defesa pessoal, não! Vamos encerrar a votação aqui ainda. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Bazana, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del.**

Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (39 Deputados);
Não Votaram: *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Reichembach, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (15 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 56/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Arilson Chiorato e Maria Victória.)**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Registre o meu voto “sim”, Presidente. Estou com problemas aqui. Meu registro do voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Quarenta votos, com o voto do Deputado Arilson. Está aprovado.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): O meu voto “sim” também, Presidente. Não funcionou.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada?

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Maria Victória.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Maria Victória. Ok. Mais alguém o registro de voto? **Quarenta e um votos “sim”. Está aprovado o Projeto.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 647/2022, do Deputado Arilson Chiorato...

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, peço para discutir os Requerimentos de autoria do Deputado Arilson...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adiado na forma regimental.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): ... e os demais Requerimentos peço para encaminhar via expediente, com a concordância dos autores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura... Ah, temos vários... Dois do Deputado Arilson: **Requerimento n.º 647/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, sobre o concurso da Polícia Militar; e **Requerimento n.º 690/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Chefe da Casa Civil, sobre a denominada gratificação de atividade em Unidade ou Correccional Intra Muros – CADi e Instituição de Carreira de Agente com Função Específica no Sistema Socioeducativo. São para discutir?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): É.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adiados na forma regimental.

E temos do Deputado Goura. (**Requerimento protocolado sob o n.º 668/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor Geral do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Saboia, requerendo informações sobre a Empresa Internacional Marítima.)

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Como expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.

Deputado Delegado Jacovós. **(Requerimento n.º 669/2022,** do Deputado Delegado Jaocovós, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, ao Secretário de Estado da Fazenda e ao Secretário de Estado da Administração e da Previdência, conforme especifica.)

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Como expediente também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como expediente. Conforme acordo do Líder do Governo com autor, será encaminhado como envio de expediente.

Temos um Requerimento desta Presidência, **(Protocolado sob o n.º 667/2022)** solicitando a dispensa de votação da Redação Final para o Projeto de Resolução n.º 8/2022, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Senhores Deputados, ainda temos o voto de pesar pelo falecimento do sempre Deputado e Ex-Presidente desta Casa Ivo Thomazoni, ocorrido no último dia 2 de abril. Com a aprovação de todos os Sr.^s Deputados com certeza. **(Requerimento protocolado sob o n.º 707/2022,** dos Deputados Ademar Traiano, Luiz Claudio Romanelli e Gilson de Souza, solicitando envio de votos de pesar pelo falecimento do Sr. Ivo Thomazoni.) **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 646/2022, do Deputado Guto Silva, requerendo o registro de congratulações aos senhores membros da Diretoria Executiva da Ordem Demolay Paraná; **Requerimento n.º 648/2022,** do Deputado Michele Caputo, requerendo o

registro de menção honrosa ao Sr. Paulo Henrique Joanello; **Requerimento n.º 650/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Sebastião Vieira; **Requerimento n.º 651/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Diretor-Presidente da Sanepar, Sr. Claudio Stábile, requerendo que a Sanepar construa mais um reservatório de água no município de Pinhão; **Requerimento n.º 652/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando envio de votos de congratulações aos Bombeiros Edson Felipe Roletto e Thierry Gomes de Oliveira; **Requerimento n.º 653/2022**, Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando envio de expediente ao DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, requerendo a manutenção da PR-090, no trecho que compreende Assaí até São Jerônimo; **Requerimento n.º 654/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando envio de expediente ao Diretor do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, e ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, solicitando estudo de adequação da PR-090, no trecho da Serra Fria; **Requerimento n.º 656/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Sr.^s Policiais Militares Soldado Renan Gaudêncio Caldi e o Soldado Cristiano Barbosa Alingheri; **Requerimento n.º 657/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Policial Militar 3.º Sargento Caroline Pompeu; **Requerimento n.º 658/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando registro e envio de menção honrosa à Sr.^a Andreia Raquel da Silva Souza; **Requerimento n.º 659/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando registro e envio de menção honrosa ao Pastor Gilberto Lopes Fernandes; **Requerimento n.º 660/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando registro e envio de menção honrosa aos Sr.^s Josuel de Lima Crepaldi e Paulo Alves de Lemos; **Requerimento n.º 661/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando registro e envio de menção honrosa ao Sr. Isaias Tonete; **Requerimento n.º 662/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Sr.^s Policiais Militares Soldado Rodrigo Gomes dos Santos e o Soldado Charles Carneiro; **Requerimento n.º 663/2022**,

do Deputado Soldado Fruet, requer o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Sr.^s Policiais Militares Soldado Jackson Luis Gastaldo, Soldado Marcelo Bertoldi Maia, Soldado Wellyngton Hideo Brandt Ferreira e o Soldado Rafael e Eduardo Lass Soares; **Requerimento n.º 664/2022**, do Deputado Nereu Moura, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo a realização de estudos visando à criação e implantação da Delegacia Especializada da Pessoa Idosa do Paraná; **Requerimento n.º 665/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando envio de votos de congratulações e aplausos ao Coritiba Foot Ball Club, pela conquista do Campeonato Paranaense de 2022; **Requerimentos n.ºs 671 a 674/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Mário Dalla Torre; Salustiano Roosevelt Ribeiro Pacheco; Dr. Ayrton Costa Loyola; e José Rigquete; **Requerimento n.º 675/2022**, das Deputadas Cristina Silvetri, Mabel Canto e o Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde no Paraná, Sr. César Augusto Neves Luiz, encaminhando solicitações decorrentes da Audiência Pública sobre Violência Obstétrica; **Requerimento n.º 676/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando envio de expediente aos Secretários de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor Geral do DER/PR, requerendo melhorias na sinalização da PR-090, no trecho entre os municípios e Sapopema e São Jerônimo da Serra; **Requerimentos n.ºs 677 a 679, 681, 682, 684 a 689 e 691 a 706/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Helena de Souza; Maria de Lurdes de Jesus; Hercília Alves Lisboa; Genesio Domingos Nadal; Osnivandro José Maria; Odair Rodrigues dos Santos; Alda Woyceichoski, Avani Martins dos Santos; Carmen Silva Moreira Donato; Cleide Kruger; Eleni Aparecida da Cunha; Eracema Silva Estefanski; Maria Soares; Maricy Costa Marchini; Therezinha de Jesus Schemberger; Elizabeth Martins; Maria Nirce Pinheiro Rodrigues; Edite Pereira de Oliveira; Sofia Pasiecznik; Doraci Eva Urbano Marques de Miranda; Ilenir Conceição Mendes Vettorazzi; Vilmar Salvador Maia; Agostinho dos Santos; Alcides Gomes; Julio Cesar Lago Jansen; Manoel de Abreu Gomes; e Nelson Luis Maurios Legart; **Requerimento n.º 680/2022**, do Deputado

Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, Sr. Augustinho Zucchi, encaminhando para análise solicitação do município de Califórnia; **Requerimento n.º 683/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo providências com relação à recorrente insalubridade térmica nas salas de aula dos Colégios do Litoral do Paraná.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 666/2022, do Deputado Goura, requerendo a exclusão do Deputado Goura como coautor do Projeto de Lei n.º 425/2021, do Deputado Boca Aberta Junior.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 649/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 23/3/2022; **Requerimento n.º 655/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9/3/2022; e **Requerimento n.º 670/2022**, do Deputado Homero Marchese, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 7/3/2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para amanhã, terça-feira, dia 5 de abril de 2022, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 655/2021 e 56/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 747/2019, 31/2020, 190/2021 e 17/2022 e do Projeto de Resolução n.º 9/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 18h30, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)